

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	46
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	50
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	51
10.5 - Políticas contábeis críticas	52
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	54
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	55
10.8 - Plano de Negócios	56
10.9 - Outros fatores com influência relevante	60

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em 30.8.2021 pelo Conselho de Administração, e estabelece diretrizes, estrutura, objetivos e estratégias.

A gestão de riscos é realizada com base nas diretrizes da Norma ISO 31000 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, com adequações aos negócios da São Martinho.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) os riscos para os quais se busca proteção

O objetivo da política é estabelecer princípios, diretrizes e atribuições no processo de gestão dos riscos, para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento destes. As atividades de monitoramento e controle devem ser feitas observando as três linhas de defesa: 1ª: Áreas Proprietárias; 2ª: Áreas Suporte; 3ª: Áreas de Controle. A atividade de monitoramento e os níveis de riscos atribuídos deve ocorrer de forma responsável, diligente e desinteressada em cada uma das linhas de defesa.

A Matriz de Riscos é o principal instrumento utilizado pela Companhia para monitoramento de riscos. A Matriz é composta por 9 categorias de riscos: Pessoas (ex. acidentes, disponibilidade de pessoas), Terceiros (ex. passivos decorrentes de terceiros), Conformidade (ex. desvios de conduta, corrupção, fraude, proteção de dados pessoais, conflitos de interesse), Meio Ambiente (ex. contaminação, danos ambientais, incêndios), Jurídico e Regulatório (ex. descumprimento de obrigações legais ou contratuais, contencioso), Operacional (ex. falta de matéria prima, falhas em processos, processos logísticos, fornecedores, insumos), Cibernéticos (ex. invasões, ataques cibernéticos), Financeiro e Mercado (ex. variações de preços, cumprimento de covenants, risco de crédito, liquidez, indisponibilidade de financiamentos) e Riscos Emergentes (ex. pandemias, eventos climáticos, Riscos sistêmicos). Os riscos são monitorados e revisados mensalmente na Matriz de Riscos sendo reportados a Administração.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

Além da Matriz de Riscos, os instrumentos utilizados para proteção variam conforme o tipo de risco, que variam desde a adoção de práticas, políticas e procedimentos, até a contratação de seguros.

Por citar alguns exemplos: *riscos financeiros e de mercado*: utilizados instrumentos financeiros para proteção da volatilidade dos preços; *riscos operacionais relacionados à matéria prima*: formalizados contratos com cláusulas prevendo obrigações e penalidades; *riscos relacionados ao meio ambiente*: existem políticas, procedimentos e ações preventivas; *riscos operacionais relacionados a acidentes e danos* são protegidos por contratos com parceiros de longo prazo e seguros.

iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é formada pelo Conselho de Administração; Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria; Presidência; Diretoria Executiva; Gerência de Riscos com atribuições descritas na tabela abaixo:

Conselho de Administração	Aprova a Política de Gestão de Riscos; Define e monitora os riscos estratégicos.
Comitê Financeiro	Analisa o risco e retorno das propostas de investimentos, desinvestimentos e alavancagem, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	Propõe ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de exposição, assim com medidas de proteção aos riscos financeiros; Efetua análise de tendência/comportamento do endividamento da Companhia, operações financeiras e bases regulares da gestão de "Hedge" de moeda e das posições da companhia em mercado futuro
Comitê de Auditoria	Acompanha a Gestão de Riscos e o cumprimento de seus objetivos; Avalia a efetividade dos sistemas de controles e do gerenciamento de riscos; Avalia e monitora a exposição de riscos da São Martinho e seus planos de mitigação.
CEO e Diretor Jurídico, GRC e Relações Institucionais	Responsáveis pela gestão de riscos.
Diretoria Executiva	Toma as decisões e implementações de melhoria na gestão de riscos.
Gerência de Riscos	Monitora e comunica os indicadores de risco e ações de mitigação.

Os grupos de trabalho ("Comitês") utilizados para monitoramento de riscos são: Comitê de Posições; Reunião de Tesouraria; Comitê Tático de Conformidade e Comitê de S&OP.

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Comitê de Posições	Volatilidade de Preços Açúcar, Etanol, Energia e Câmbio	Risco de Mercado
Reunião de Tesouraria	Liquidez, Crédito, Taxa de Juros, Dívida	Risco Financeiro
Comitê Tático de Conformidade	Saúde e Segurança, Ambiental, Legal, Trabalhista	Risco de Compliance
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos e etc.	Riscos Corporativos

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação de efetividade da política adotada.

Além da estrutura operacional utilizada na gestão de riscos, existem políticas específicas e procedimentos internos em cada uma das áreas.

A verificação da efetividade das políticas é realizada pela área de Controles Internos, pela própria área de Gestão de Riscos, existindo ainda, um plano de auditoria interna realizado por empresa independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em 30.8.2021 pelo Conselho de Administração, e estabelece diretrizes, estrutura, objetivos e estratégias. A gestão de riscos baseia-se nas premissas da norma ISO 31000 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, com adequações aos negócios da São Martinho.

Existem ainda políticas e procedimentos específicos da área comercial e financeira, que auxiliam no gerenciamento dos riscos.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais se busca proteção são taxa de câmbio e juros, preço de açúcar e etanol, conforme definido no item 4.2.

ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de proteção se dá pela realização de *hedge*, gerenciados em intervalos temporais definidos por safra utilizando instrumentos financeiros.

iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Política de Precificação de Açúcar e Etanol estabelece diretrizes que visam proteger o preço médio de venda da companhia (em reais), ao definir critérios de precificação relativos à quantidade e preço objetivo. Os produtos oriundos de cana de terceiros seguem uma regra específica de precificação.

A Política de Operações Financeiras estabelece os limites operacionais e regras para execução do *hedge* cambial e, nesse sentido, cada operação é limitada a um valor específico de dólares que podem ser negociados. Tal política também estabelece um limite de operações de derivativos por contraparte de acordo com a nota de crédito de cada contraparte.

A Política de Gestão de Riscos e seus documentos correlatos estabelece os parâmetros para o monitoramento dos indicadores de risco e nível de exposição da Companhia, alinhada às demais políticas.

iv) os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos

Os parâmetros são definidos pela Administração, seguindo as Políticas da área comercial e financeira e procedimentos específicos da área de gestão de riscos, que estabelecem limitações com base no valor, quantidade de produto, operações e alçadas de aprovação.

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável. Os instrumentos financeiros são utilizados para fins de *hedge*.

vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado envolve a Diretoria Comercial, a Diretoria Financeira e Diretoria Jurídica, de GRC e de Relações Institucionais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Além do previsto no item 5.1, as estratégias de hedge são discutidas semanalmente no Comitê de Posições, onde são monitorados os indicadores de risco e os parâmetros das políticas de precificação. Também são discutidos os principais fatores de mercado e as estratégias para proteção do preço e da taxa de câmbio da moeda. O Comitê de Posições é regido por um procedimento específico.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

Além da estrutura utilizada na gestão de riscos, existem políticas específicas e procedimentos internos em cada uma das áreas.

A verificação da efetividade das políticas é realizada pela área de Controles Internos, pela própria área de Gestão de Riscos, existindo ainda, um plano de auditoria interna realizado por empresa independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A São Martinho estabelece e mantém controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação das informações financeiras, cujo objetivo é garantir o cumprimento dos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"); além das regras previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o objetivo de assegurar razoável confiabilidade das informações financeiras.

As práticas de controles internos voltadas às informações financeiras incluem: (i) estabelecimento do Manual de Políticas Contábeis, com procedimentos, premissas e julgamentos adotados; ii) manutenção da matriz de riscos e controles internos com base na estrutura do ISO 31000 - ERM (*Enterprise Risk Management*) e COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*); (iii) segurança dos registros a fim de permitir a elaboração das demonstrações financeiras conforme as normas contábeis, normas internas e melhores práticas; iv) acompanhamento de auditoria interna, com implementação e monitoramento de planos de ação relacionados à melhoria e mitigação de não conformidades ; e v) suporte à área de Gestão de Riscos e *Conformidade* por meio de auditorias específicas.

Adicionalmente, processos e controles internos relevantes para as demonstrações financeiras passam por constantes testes de efetividade avaliados e aprovados interna e externamente. Baseada nesses critérios de avaliação, a São Martinho conclui que os controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2021 são eficazes.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A área de Controles Internos está sob a gestão do gerente de controladoria, abaixo do Diretor Financeiro e de RI. Sua rotina é monitorar os riscos mapeados, aperfeiçoar o nível de maturidade dos controles, o andamento dos planos de ação relevantes e a efetividade dos testes de controle. Além disso, controles internos acompanha e reporta periodicamente oportunidades de melhoria e conformidades identificadas pela auditoria independente à Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Em conjunto com a área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade), acompanha os riscos de falhas em controles e apoia o trabalho de auditoria interna.

Com uma abordagem coordenada de definição de responsabilidades, a São Martinho definiu as três linhas de defesa que suportam as suas práticas:

1ª Linha de defesa - Área Proprietária do Risco: área de negócio na qual está inserida uma fonte de risco. São áreas proprietárias: Agrícola, Indústria, Comercial, Financeiro e Relações com Investidores, Negócios Imobiliários, Suprimentos e Tecnologia da Informação (podendo haver outras).

2ª Linha de defesa - Área Suporte: apoio das áreas proprietárias dos riscos. São áreas suporte: Qualidade Industrial, Manutenção, Planejamento de Vendas e Operações, Recursos Humanos e Saúde e Segurança Ocupacional, Meio Ambiente, Controladoria, Segurança da Informação, Segurança Patrimonial, Jurídico, Centro de Serviços Compartilhados (podendo haver outras).

3ª Linha de defesa: Área de Controle: áreas corporativas com papel de controle. São áreas de controle: Conformidade, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna. Adicionalmente, existem interações constantes entre a área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade) e Controles Internos em fóruns específicos e por meio do Comitê Tático de Conformidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles é medida através de indicadores de performance e testes de efetividade realizados pela auditoria independente. A área de controles internos também está sujeita à auditoria interna, realizada por empresa independente.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado emitido pelo auditor independente, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras foi efetuado com o objetivo de aprimorar o sistema de controles internos e levantar oportunidades de melhoria.

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2021.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram observadas deficiências e recomendações significativas sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A São Martinho possui uma diretoria com atribuições específicas para tratar do assunto (Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais) e uma Gerência dedicada exclusivamente ao tema (Gerência de Governança, Riscos e Conformidade).

Existe um Plano de Conformidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 30.9.2019 (Programa de Integridade) alinhado às melhores práticas de mercado, com objetivo de promover os princípios e valores previstos no Código de Ética e Conduta Profissional, legislação anticorrupção e demais normas e boas práticas de conformidade (Compliance).

As principais políticas e documentos relacionados ao assunto são a Código de Ética, Política Anticorrupção, Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Política de Conformidade e documentos relacionados.

Os principais mecanismos utilizados são: i) Canal Ético (Canal de Denúncias); ii) mecanismos para realização de *due diligence* de terceiros; iii) mecanismos de atualização da legislação; iv) cláusulas contratuais anticorrupção e previsão de penalidades; v) Comitê de Ética e Conformidade (composto pelo Presidente, Vice-Presidente/Superintendente Agroindustrial, Diretor Financeiro e de RI, Diretor Comercial e de Logística, Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, Diretor Administrativo e Diretora de Recursos Humanos, Saúde e Segurança); vi) Comitê Tático de Conformidade (composto pelo Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, Diretores Agroindustriais das Unidades e gerentes).

Os riscos são reavaliados mensalmente e as políticas revisadas conforme necessidade de adequação, considerando as melhores práticas de mercado.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais é responsável pela execução do Plano de Conformidade, por meio da Gerência de Governança, Riscos e Conformidade.

A estrutura de Conformidade foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral de julho/2018, em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa. Trimestralmente os números e destaques do Canal Ético e de investigações internas são reportados pela Área de Conformidade ao Comitê de Ética e Conformidade. Periodicamente este balanço é apresentado ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal. O Canal Ético também é auditado pela auditoria independente.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*
- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;*
- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A Companhia possui um código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 28/06/2016, aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários. O código de ética está disponível no site da Companhia <https://www.saomartinho.com.br/>.

O Plano de Conformidade contempla o treinamento dos funcionários, bem como a orientação de novos funcionários e/ou terceiros durante seu processo de integração.

As situações de violação serão analisadas pelo gestor da área ou pelo Comitê de Ética e Conformidade. Se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares previstas nas políticas de Recursos Humanos e na legislação vigente.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;*
- *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

A Companhia possui Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros por meio de: (i) correspondência eletrônica; (ii) website ou (iii) telefone. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por empresa especializada que, em contato com o denunciante, coleta e transcreve o relato de maneira a obter as melhores informações possíveis para viabilizar a investigação. Cabe ao denunciante escolher por relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, sendo mantidos o sigilo para todos os casos.

De acordo com o procedimento específico do canal de denúncias, as comunicações recebidas são apuradas por grupos de trabalho especiais e acompanhadas pela área de Conformidade, havendo a previsão de condução das investigações por empresa de investigação especializada em casos específicos.

c. se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;

Em todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias a Companhia estabelece a obrigatoriedade de execução prévia de *due diligence*, visando a identificação e avaliação de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas, objeto da operação.

A Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais é responsável pela avaliação do processo de *due diligence*, podendo contar ainda com a assessoria de escritórios de advocacia e/ou consultorias especializadas.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido;

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme citado no item 5.4.a.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Com a pandemia COVID-19, foram reforçados os critérios de monitoramento deste risco e adoção de medidas de prevenção, dado que as atividades da São Martinho foram consideradas essenciais (produção de alimentos, energia e combustível).

Desde março/2020 quando a OMS declarou oficialmente a pandemia do coronavírus, a Companhia adotou as seguintes medidas, visando a prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia:

- Instalação do Comitê de Gestão de Crises, para avaliação diária da situação geral, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos, assim como para coordenação da execução de planos de ação;
- Elaboração de Plano de Contingência e Plano de manutenção das Operações;
- Campanhas intensas de comunicação e orientação sobre o COVID-19 destinadas à prevenção de todos os colaboradores;
- Intensificação de procedimentos de higienização nos locais de trabalho, refeitórios e nos transportes, orientações sobre higiene pessoal e distribuição de álcool gel para higienização de todos os colaboradores, equipamentos e áreas comuns;
- Suspensão de treinamentos, eventos corporativos e realização de reuniões à distância (telefone, aplicativos ou videoconferências);
- Cancelamento ou adiamento de viagens, deslocamento entre unidades e visitas de fornecedores e terceiros;
- Adoção do trabalho remoto (home office), férias, banco de horas ou dispensa operacional para colaboradores em grupo de risco e situações específicas de risco;
- Dispensa operacional para aprendizes, estagiários, projoventes e patrulheiros;
- Aumento do número de veículos que realizam o transporte dos colaboradores até as unidades;
- Uso obrigatório de máscaras no transporte e em todas as dependências da São Martinho, inclusive em ambientes individuais, por colaboradores, terceiros e visitantes, durante todo o expediente;
- Protocolo de aferição de temperatura no transporte coletivo e na entrada das unidades e;
- Nos refeitórios das unidades, dentre outras ações, o horário de funcionamento foi ampliado, com escalonamento entre os colaboradores, reduzindo a quantidade de lugares e mantendo uma distância segura entre as pessoas.

Durante o período de pandemia foram revisados outros riscos emergentes como mudanças climáticas, cibersegurança e crises sistêmicas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**Gerenciamento de riscos relativos à segurança da informação

A Companhia informa que realiza o gerenciamento dos riscos relativos à segurança da informação, por meio do qual, implementou, ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2018, 2020 e 2021 testes de vulnerabilidade e invasão em seus sistemas.

Informa que nos últimos exercícios sociais, foram realizados testes de intrusão e, ao longo do exercício social de 2021, foram realizadas simulações específicas de ataque de ransomware e simulações de técnicas hacker em geral, com base em frameworks como MITRE ATT&CK e Cyber Kill Chain, com o objetivo de testar a efetividade de controles de segurança.

A Companhia destaca, ainda, que os referidos testes foram realizados por empresas de auditoria/consultoria Big Four e por empresas especializadas em segurança da informação. Os resultados desses trabalhos foram mapeados, tratados e os riscos são monitorados pela área de cibersegurança. Por fim, a Companhia informa que a realização de tais testes faz parte do seu programa anual de segurança da informação, assim como o tema de cibersegurança é reportado mensalmente para Diretoria.

Demais informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos foram apresentadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 e às informações referentes ao período de nove meses encerrados em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras de 31 de março de 2021, 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB. Nossas informações financeiras intermediárias revisadas referentes aos períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2021 foi elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo IASB.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e na análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.886,9 milhões, representando um aumento de R\$ 820,7 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.066,2 milhões em 31 de março de 2021, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.514,1 milhões, representando um aumento de R\$ 150,0 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 1.364,1 milhões em 31 de março de 2021. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 3.372,8 milhões, refletindo a necessidade, momentânea, de maior alocação em capital de giro, decorrente, principalmente, do aumento da quantidade de estoque de produtos que deverão ser comercializados e, portanto, convertidos em caixa, ao longo dos próximos trimestres. A Companhia ressalta que, em 31 de dezembro de 2021, possuía, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhão em estoques, conforme divulgado nas demonstrações financeiras referentes ao período. Adicionalmente, a Companhia informa que, ao longo dos últimos nove meses findo em 31 de dezembro de 2021, vem realizando desembolsos dos projetos já anunciados pela Companhia, principalmente, do projeto de etanol de milho e da construção de uma nova UTE, os quais contribuíram para o aumento momentâneo da sua dívida líquida/ patrimônio líquido refletido nas demonstrações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia acredita que esta relação deverá ser normalizada assim que tais projetos iniciarem suas operações, contribuindo para o aumento da geração de caixa ao longo dos próximos anos. Por fim, considerando que, ao longo do período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2021, houve um aumento de R\$ 855,6 milhões no patrimônio líquido, devido, principalmente, ao aumento de lucros acumulados equivalente a R\$ 650,2 milhões, impacto das variações dos derivativos designados para Hedge Accounting e reconhecimento de R\$ 157,7 milhões de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terras na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, o índice de dívida líquida/ patrimônio líquido da Companhia totalizou 0,70 x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de março de 2021, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.066,2 milhões, representando uma diminuição de R\$ 775,1 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.841,4 milhões em 31 de março de 2020, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2021 era de R\$ 1.364,1 milhões, representando uma diminuição de R\$ 597,9 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 1.962,1 milhões em 31 de março de 2020. Dessa forma, a dívida líquida totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 2.702,1 milhões, havendo uma redução de R\$ 177,2 milhões em relação à 31 de março de 2020, refletindo principalmente, uma maior geração de caixa operacional, dado o crescimento do EBITDA Ajustado em R\$ 330,3 milhões. Considerando que em 31 de março de 2021 houve aumento de 19,1%, equivalente a R\$ 639,9 milhões, no patrimônio líquido da Companhia, dado o aumento de 29,1% das reservas de lucros, o índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido totalizou 0,68 x.

Em 31 de março de 2020, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.841,4 milhões, representando um aumento de R\$ 350,2 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.491,2 milhões em 31 de março de 2019, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2020 era de R\$ 1.962,1 milhões representando uma diminuição de R\$ 127,1 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 2.809,2 milhões em 31 de março de 2019. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizava, em 31 de março de 2020, R\$ 2.879,3 milhões, representando, portanto, um aumento de R\$ 477,3 milhões em relação aos R\$ 2.401,9 milhões em 31 de março de 2019, refletindo, principalmente, a variação cambial ocorrida no período de R\$ 479,6 milhões, considerando a parcela da dívida em moeda estrangeira de R\$ 1.919,3 na dívida bruta. Considerando que em 31 de março de 2020 houve redução do patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 44,3 milhões, decorrente, principalmente, do cancelamento de ações em tesouraria e do impacto da variação cambial do período, o índice de dívida líquida/ patrimônio líquido da Companhia totalizou 0,86 x.

Em 31 de março de 2019, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.491,2 milhões, representando um aumento de R\$ 516,1 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 3.975,2 milhões em 31 de março de 2018, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2019 era de R\$ 2.089,2 milhões representando um aumento de R\$ 576,8 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 1.512,4 milhões em 31 de março de 2018. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia em 31 de março de 2019 totalizou R\$ 2.401,9 milhões, representando, portanto, uma redução de R\$ 60,9 milhões em relação à dívida líquida de R\$ 2.462,8 milhões em 31 de março de 2018, refletindo, principalmente, a maior geração de caixa operacional, em virtude do EBITDA Ajustado gerado no período. Considerando que em 31 de março de 2020 houve aumento do patrimônio líquido de R\$ 101,2 milhões, decorrente, principalmente, do lucro líquido realizado, o índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido totalizou 0,71 x.

Por fim, a Diretoria da Companhia ressalta que busca constantemente realizar uma gestão eficaz de condição financeira e patrimonial da Companhia, objetivando a manutenção da sua solidez financeira – refletida no atual rating como grau de investimento em escala global pela S&P BBB- - e continua geração de caixa de forma sustentável, atrelado ao desenvolvimento constante dos negócios. Para a proteção e potencialização de sua performance e resultados, a Companhia poderá adotar estratégias diversas, tais como hedge de preço, ajuste de mix de produção de açúcar e etanol buscando mercados mais rentáveis, hedge cambial, que contribuem para as decisões estratégicas da Companhia, na gestão de recursos e busca pela geração de valor de maneira sustentável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2021	12M21	12M20	12M19
em R\$ mil				
Empréstimos e financiamentos - passivo circulante ¹	661.274	686.142	602.688	766.714
Empréstimos e financiamentos - passivo não circulante ¹	4.225.635	3.380.109	4.238.688	3.724.491
Dívida bruta	4.886.909	4.066.251	4.841.376	4.491.205
(-) Disponibilidades	(1.514.067)	(1.364.148)	(1.962.065)	(2.089.213)
Dívida líquida	3.372.842	2.702.103	2.879.311	2.401.992
Patrimônio Líquido	4.842.159	3.986.589	3.346.676	3.391.010
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido)	0,70 x	0,68 x	0,86 x	0,71 x

¹ Consideramos aquisição de participação societária como complemento da posição de endividamento da Companhia

b) Estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

	31/12/2021	12M21	12M20	12M19
em R\$ mil				
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	9.556.119	8.431.267	8.766.850	6.357.712
Capital próprio (patrimônio líquido)	4.842.159	3.986.589	3.346.676	3.391.010
Capital total (terceiros + próprio)	14.398.278	12.417.856	12.113.526	9.748.722
Parcela de capital de terceiros	66%	68%	72%	65%
Parcela de capital próprio	34%	32%	28%	35%

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em dezembro/21 e março/21 as disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía eram mais que suficientes para liquidar dois anos de dívida.

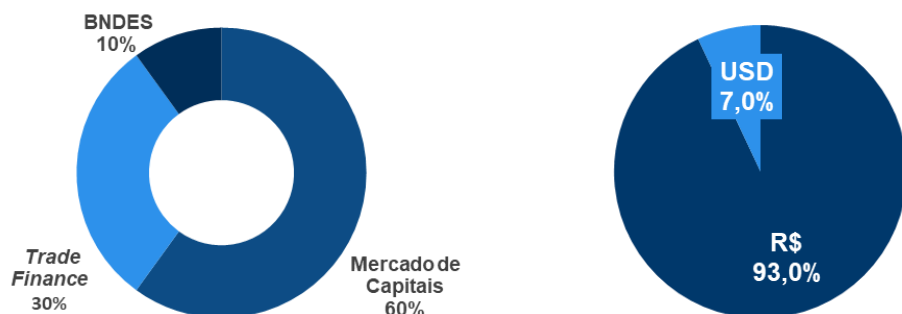
d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ENDIVIDAMENTO	dez/21	mar/21	Var. %
Em Milhares de R\$			
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.662.837	1.917.343	-13,3%
BNDES/FINAME	454.032	339.321	33,8%
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	1.392.929	286.649	385,9%
Debêntures	522.717	-	n.m.
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	223.537	1.163.182	-80,8%
International Finance Corporation (IFC)	627.180	344.468	82,1%
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	3.677	15.288	-75,9%
Dívida Bruta Total	4.886.909	4.066.251	20,2%
Disponibilidades	1.514.067	1.364.148	11,0%
Dívida Líquida	3.372.842	2.702.103	24,8%
Dívida Líquida / EBITDA Acumulado	1,15 x	1,24 x	7,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com a seguinte abertura percentual entre as categorias:



Perfil inclui contratos de SWAP

ENDIVIDAMENTO	mar/21	mar/20	mar/19
Em Milhares de R\$			
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.917.343	1.922.913	1.794.696
BNDES/FINAME	339.321	423.457	542.092
Crédito Rural	-	278.536	393.583
Capital de Giro	286.649	261.837	264.793
PESA	-	8.349	16.451
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	1.163.182	1.445.015	1.084.247
International Finance Corporation (IFC)	344.468	474.334	356.738
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	15.288	26.934	38.605
Dívida Bruta Total	4.066.251	4.841.376	4.491.205
Disponibilidades	1.364.148	1.962.065	2.089.213
Dívida Líquida	2.702.103	2.879.311	2.401.992
Dívida Líquida / EBITDA Acumulado	1,24 x	1,55 x	1,46 x

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode captar empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes. Inclusive, caso ocorra deficiência de liquidez a longo prazo, poderão ser utilizadas as terras próprias da companhia, avaliadas em aproximadamente R\$ 4,8 bilhões a valor de mercado (conforme divulgado em Fato Relevante em 13 de dezembro de 2021), que estão desoneradas e podem ser, portanto, utilizadas como garantia em cenários de stress.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo:

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bruto da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, e no período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2021:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Modalidade	Encargos Anuais		Consolidado		
	Taxa	Indexador	2021	2020	2019
Em moeda nacional					
Nota de Crédito a exportação	0%	CDI	-	131.780	264.793
Linhas do BNDES	2,20%	+TJLP	145.682	162.873	207.172
Linhas do BNDES	3,28%	-	117.845	160.039	1.697
Linhas do BNDES	3,48%	-	-	-	233.738
Linhas do BNDES		+SELIC	-	-	242
Crédito rural	0%	-	-	278.497	369.542
FINEP	4,00%	-	64.169	84.433	104.697
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	98,06%	CDI	1.442.018	1.474.171	1.363.353
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	4,88%	+IPCA	475.325	448.743	431.343
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRE	36	8.389	16.496
Leasing	5,98%	PRÉ	180	-	-
Total em moeda nacional			2.245.255	2.748.925	2.993.073
Em moeda estrangeira					
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	0%	Var. cambial	-	1.050.150	787.160
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,55%	+Libor 6M	1.307.281	394.865	297.087
International Finance Corporation (IFC) (b)	1,80%	+Libor 6M	344.468	474.334	356.738
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	2,27%	Var. cambial	142.513	130.057	-
FINEM	2,73%	+Cesta Moedas	11.446	16.111	18.542
Total em moeda estrangeira			1.805.708	2.065.517	1.459.527
TOTAL			4.050.963	4.814.442	4.452.600
Circulante			674.504	591.024	754.999
Não Circulante			3.376.459	4.223.418	3.697.601

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na demonstração financeira atual.

(ii) Em 2019 100% do montante de crédito rural está indexado a 95,70% DI via contrato de SWAP.

(iii) 51% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) atrelado a IPCA+ está indexado a 121,87% DI via contrato de SWAP.

(iv) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+1,40% a.a. via contrato de SWAP.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora e Consolidado	
	Taxa	Indexador	31 de dezembro de 2021	31 de março de 2021
Em moeda nacional				
Linhas do BNDES	2,17%	+TJLP	129.307	145.682
Linhas do BNDES	3,52%	+IPCA	180.365	-
Linhas do BNDES	3,43%	PRÉ	89.014	117.845
FINEP	4,00%	PRÉ	48.971	64.169
Crédito Rural	8,00%	PRÉ	301.641	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,63%	CDI	1.143.342	1.442.018
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a) (ii)	4,88%	+IPCA	519.495	475.325
Debêntures (iv)	4,69%	+IPCA	522.717	-
International Finance Corporation (IFC)	1,47%	CDI	296.316	-
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRE	33	36
Leasing	5,98%	PRÉ	46	180
Total em moeda nacional	96,5%	CDI	3.233.247	2.245.255
Em moeda estrangeira				
Pré Pagamento de Exportação (PPE) (vi)	1,72%	Libor 6M	474.115	1.307.281
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	0,96%	Var. cambial	223.537	-
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,60%	Sofr 6M	223.305	-
International Finance Corporation (IFC) (v)	1,52%	Libor 6M	590.689	344.468
Nota de Crédito à Exportação (NCE) (ii)	2,27%	Var. cambial	142.011	142.513
FINEM	2,71%	Cesta Moedas	6.328	11.446
Total em moeda estrangeira	2,91%		1.649.985	1.805.708
TOTAL (i)			4.883.232	4.050.963
Circulante			661.274	674.504
Não circulante			4.221.958	3.376.459

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na informação financeira atual.

(ii) 100% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) atrelado a IPCA+ está indexado a 117,35% DI via contrato de SWAP.

(iii) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+1,40% a.a. via contrato de SWAP.

(iv) 100% do montante de Debêntures está indexado a DI+1,10% a.a. via contrato de SWAP.

(v) 43% do montante do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado a DI+1,15% a.a. via contrato de SWAP.

(vi) 100% do montante de empréstimo de Pré Pagamento de Exportação (PPE) está indexado a DI+1,15% a.a. via contrato de SWAP.

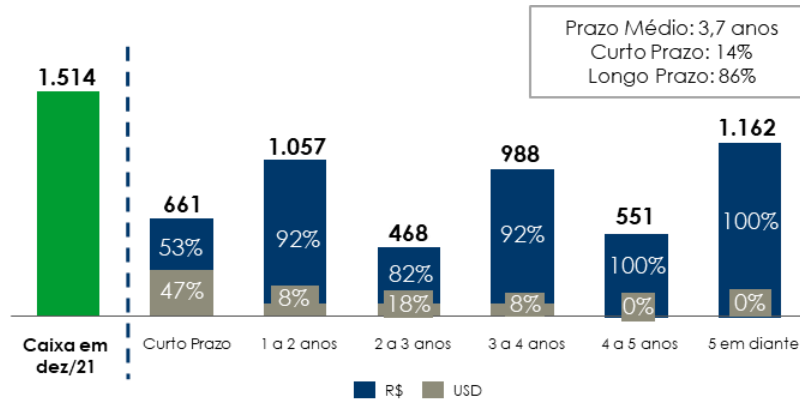
O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de financiar as operações recorrentes da Companhia, além dos projetos previstos, a exemplo do que é citado no item 10.8, deste Formulário de Referência. Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos.

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securtizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securtizados, registrados como "Créditos rurais securtizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securtização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securtizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, 31 de março de 2021 e de 2020 e 2019, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

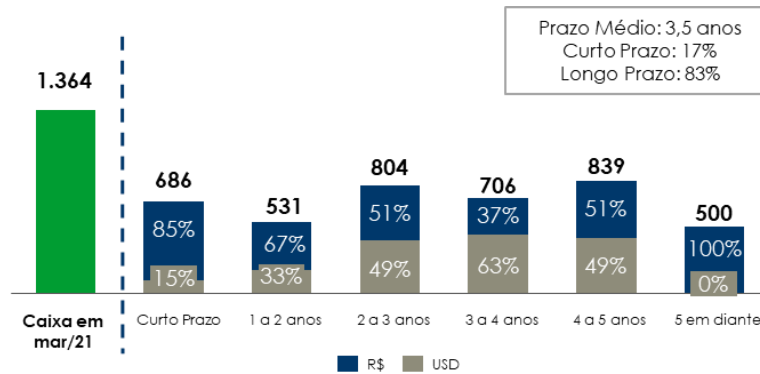
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de dezembro de 2021, segue detalhado a seguir:



Controladora e Consolidado	Vencimento
De 1º/01/2023 a 31/12/2023	1.056.641
De 1º/01/2024 a 31/12/2024	468.126
De 1º/01/2025 a 31/12/2025	988.326
De 1º/01/2026 a 31/12/2026	551.041
De 1º/01/2027 a 31/12/2027	194.422
De 1º/01/2028 a 31/12/2028	360.946
De 1º/01/2029 a 31/12/2029	165.592
A partir de 1º/01/2030	436.864
	4.221.958

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2021, segue detalhado a seguir:



Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos à Companhia têm a seguinte composição de vencimento:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31 de Março de 2021
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	531.395
De 1º/04/2023 a 30/03/2024	803.943
De 1º/03/2024 a 31/03/2025	706.066
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	839.063
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	437.509
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.349
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	19.663
A partir de 1º/04/2029	17.471
	<u>3.376.459</u>
	31 de Março de 2020
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	918.098
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	730.166
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	644.113
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	640.372
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	796.763
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	436.442
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.011
Após 2028	36.453
	<u>4.223.418</u>
	31 de Março de 2019
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	501.761
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	700.340
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	640.254
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	536.452
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	529.397
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	501.441
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	230.520
Após 2027	57.436
	<u>3.697.601</u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na tabela abaixo destacamos os *covenants* financeiros existentes nos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia:

Operação	Parâmetros	31/12/2021	2021	2020	2019
Financiamento BNDES	Dívida Líquida ¹ / EBITDA <= 3,0	1,2 x	1,4 x	1,6 x	1,3 x
Financiamento Rabobank	Dívida Financeira Líquida ² / EBITDA <= 4,0	0,8 x	0,7 x	1,0 x	1,3 x
3ª emissão de debêntures - Itaú	Dívida Financeira Líquida Ajustada ³ / EBITDA <= 4,0	0,5 x	0,7 x	0,9 x	1,3 x
	Índice de Liquidez Corrente >= 1,0x	2,2 x	1,7 x	2,0 x	2,6 x
	Dívida Líquida ⁴ / EBITDA (para 4T) <= 4,0x	-	1,4 x	1,6 x	1,3 x
Empréstimo IFC	Dívida Líquida Ajustada ⁵ /EBITDA (para 1T, 2T e 3T) <= 4,0x	0,9 x	-	-	-
	Pagamentos Diferidos de Ativos Adquiridos <= R\$ 200 MM	3.677	15.288	26.934	38.605
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida >= 1,0 x (se positivo)	-45,1 x	-16,2 x	-8,6 x	-2,2 x
	Maior Nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida >= 1,0 x (se positivo)	-74,6 x	-16,2 x	-11,0 x	-2,3 x

EBITDA acumulado dos últimos 12 meses

A companhia possui *covenants* financeiros com 4 contrapartes, cujas respectivas definições de dívida líquida diferem entre si, razão pela qual o resultado dos indicadores no quadro acima, na mesma data, são diferentes. Já a definição de EBITDA é em comum em todos os contratos.

Segue abaixo detalhamento dos indicadores:

EBITDA: significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exatões.

1. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o BNDES (diretos e indiretos):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Líquida¹/ EBITDA em limite igual ou inferior a 3,0, sendo:

Dívida Líquida¹ : Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021 a Dívida Líquida¹ era de R\$ 4.640,5 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.771,0 milhões, resultando em 1,2 x.

2. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o Rabobank:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida²/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida² da companhia significa, a qualquer momento, sem duplicação, (a) todas as dívidas (não incluídas as obrigações com fornecedores, tributos, dividendos, provisões e demais contas a pagar) em relação à (i) valores emprestados, incluindo, mas não se limitando a, obrigações relacionadas com empréstimos e cartas de créditos e (ii) todas as obrigações de pagamento evidenciadas por títulos, debêntures, notas promissórias, que não sejam representativas ou outros títulos semelhantes - a partir das quais serão deduzidos os montantes atribuíveis à variação cambial sobre a parcela de longo prazo de dívida em dólar, menos (b) o seu caixa e equivalente de caixa.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021 a Dívida Financeira Líquida² era de R\$ 2.894,1 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.771,0 milhões, resultando em 0,8 x.

3. 3ª emissão de debêntures celebrado em 2021, entre a São Martinho e o Itaú:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida Ajustada³/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívida Financeira Líquida Ajustada³: significa, qualquer valor devido, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos; (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável; deduzida do somatório das disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; e deduzida dos estoques (exceto quaisquer estoques obsoletos) informados pela Companhia.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021 a Dívida Financeira Líquida Ajustada³ era de R\$ 1.850,2 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.771,0 milhões, resultando em 0,5 x.

4. Empréstimo IFC celebrado em 2017 e 2021, entre a São Martinho e o IFC

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

a. Índice de liquidez corrente em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de liquidez corrente significa o resultado obtido da divisão ativo circulante pelo passivo circulante.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era R\$ 4.663,1 milhões e o passivo circulante era R\$ 2.095,4 milhões, resultando em 2,2x.

b. Dívida Líquida⁴/ EBITDA (para 4T) em limite igual ou inferior a 4,0

Dívida Líquida⁴ : Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados o passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras e da variação cambial de longo prazo.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021 a Dívida Líquida⁴ era de R\$ 4.605,5 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.771,0 milhões, resultando em 1,2 x.

c. Dívida Líquida Ajustada⁵/ EBITDA (para 1T, 2T e 3T) em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Líquida Ajustada⁵ significa, Dívida Líquida⁴ menos o montante de estoques (excluindo estoques obsoletos) reportado nas últimas demonstrações financeiras.

Dívida Líquida Ajustada⁵ pelo EBITDA, significa o resultado obtido dividindo a Dívida Líquida Ajustada⁵ do trimestre pelo EBITDA dos últimos 4 trimestres.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021 a Dívida Líquida Ajustada⁵ era de R\$ 3.530,3 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.771,0 milhões, resultando em 0,9 x.

d. Pagamentos diferidos de ativos adquiridos em limite igual ou inferior a R\$ 200.000, sendo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pagamentos diferidos de ativos adquiridos significa qualquer dívida da companhia relativa ao preço de compra diferido de ativos ou serviços (exceto contas comerciais incorridas e a pagar no curso normal dos negócios a credores/fornecedores comerciais dentro de 90 dias da data em que foram incorridas e que não estejam vencidas).

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021 os Pagamentos Diferidos de Ativos era de R\$ 3,7 milhões no Passivo Circulante e R\$ 0 no ativo não circulante, resultando em R\$ 3,7 milhões.

e. Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de cobertura do serviço da dívida, obtido pela razão calculada em dólar:

- (a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,
- (b) Dívida Bruta⁶ de curto prazo menos o Excesso de Caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões), ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021:

- EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 718,9 milhões;
- Dívida Bruta⁶ de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos o excesso de caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões) reportados no último trimestre, totalizando US\$ - 16,0 milhões. Este indicador está negativo, pois o excesso de caixa da Companhia é superior à dívida de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres.
- Resultando em -45,1 x.

f. Maior nível do índice de cobertura do serviço de dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Maior nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão calculada em dólares do:

- (a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais receita financeira dos últimos 4 trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,
- (b) O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal durante o prazo de vigência da dívida com o IFC, menos excesso caixa reportado no último trimestre, ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de dezembro de 2021:

- EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 718,9 milhões,
- O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal, até o vencimento final da dívida com o IFC, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos excesso caixa reportado no último trimestre era de US\$ 9,6 milhões,
- Resultando em -74,6 x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos de empréstimos e financiamentos indicados na tabela acima possuíam os seguintes saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021:

- Financiamento BNDES: R\$ 398,7 milhões
- Financiamento Rabobank: R\$ 920,9 milhões
- 3ª emissão de debêntures (Itaú): R\$ 522,7 milhões
- Empréstimo IFC: R\$ 879,0 milhões

Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos. Os empréstimos e financiamentos da companhia atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle acionário, direto ou indireto, sem a prévia anuência do credor; requerer recuperação judicial ou submeter pedido de recuperação extrajudicial; pedido de liquidação ou falência não elidido no prazo legal, restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, de todos ou substancialmente todos os seus respectivos ativos, exceto se (i) previamente autorizado pelo credor; ou (ii) a destinatária de tal transferência seja quaisquer de suas controladas; alteração de seu objeto social de modo a alterar suas atividades principais; ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, de forma alterar o controle; teto mínimo de inadimplemento de obrigações financeiras inclusive protestos; cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários; cumprimento pela companhia da legislação socioambiental.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía R\$ 1.215 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados. A posição em 31 de março de 2021 era de R\$ 942 milhões disponíveis em linha de crédito e não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir são apresentadas as principais alterações nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021, 31 de março de 2021, 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Análise comparativa entre o período de três meses, compreendido entre os meses de outubro a dezembro, de 2021 (3T22) e 2020 (3T21), e entre o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2021 (9M22) e 31 de dezembro de 2020 (9M21):

O período compreendido entre outubro e dezembro de 2021 se refere ao trimestre da safra 3T22), e entre outubro e dezembro de 2020, como 3T21. Para o período acumulado de nove meses compreendido entre os meses de abril a dezembro, de 2021 é referido como 9M22 (e se refere ao período acumulado da safra 21/22), e de 2020 como 9M21 (e se refere ao período acumulado da safra 20/21).

SÃO MARTINHO S.A - CONSOLIDADO	3T22	3T21	Var %	9M22	9M21	Var %
Em milhares de R\$						
Receita bruta	1.649.079	1.332.201	23,8%	4.535.238	3.395.168	33,6%
Deduções da receita bruta	(117.346)	(121.222)	-3,2%	(297.921)	(243.441)	22,4%
Receita líquida	1.531.733	1.210.979	26,5%	4.237.317	3.151.727	34,4%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(828.676)	(749.052)	10,6%	(2.414.354)	(2.038.912)	18,4%
Lucro bruto	703.057	461.927	52,2%	1.822.963	1.112.815	63,8%
Margem bruta (%)	45,9%	38,1%	7,8 p.p	43,0%	35,3%	7,7 p.p
Receitas (despesas) operacionais	333.649	(86.438)	-486,0%	130.678	108.019	21,0%
Despesas com vendas	(32.858)	(43.600)	-24,6%	(111.610)	(130.912)	-14,7%
Despesas gerais e administrativas	(53.618)	(66.482)	-19,3%	(202.629)	(183.163)	10,6%
Resultado de equivalência patrimonial	1.979	1.877	5,4%	5.281	4.793	10,2%
Outras receitas, líquidas	418.146	21.767	1821,0%	439.636	417.301	5,4%
Lucro operacional	1.036.706	375.489	176,1%	1.953.641	1.220.834	60,0%
Resultado financeiro	(132.837)	(66.220)	100,6%	(311.200)	(289.518)	7,5%
Receitas financeiras	36.308	15.502	134,2%	111.201	49.345	125,4%
Despesas financeiras	(130.244)	(73.110)	78,1%	(343.008)	(327.044)	4,9%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(41.120)	(7.365)	458,3%	(104.411)	(15.602)	569,2%
Derivativos	2.219	(1.247)	-277,9%	25.018	3.783	561,3%
Lucro antes do IR e CS	903.869	309.269	192,3%	1.642.441	931.316	76,4%
IR e contribuição social - do exercício	(140.475)	9.380	-1597,6%	(232.570)	(167.602)	38,8%
IR e contribuição social - diferidos	(66.456)	(46.485)	43,0%	(154.430)	(43.950)	251,4%
Lucro líquido do exercício	696.938	272.164	156,1%	1.255.441	719.764	74,4%
Margem líquida (%)	45,5%	22,5%	23,0 p.p	29,6%	22,8%	6,8 p.p

Receita Líquida Total: A receita líquida total auferida no 3T22 foi de R\$ 1.531,7 milhões, representando, um aumento de 26,5%, em relação ao período 3T21, quando totalizou R\$1.211,0 milhões em 3T21. O aumento decorre, principalmente, dos maiores preços médios de comercialização de etanol (+76,9%) e açúcar (+30,9%). No período acumulado de 9M22 x 9M21, a receita aumentou 34,4%, de R\$3.151,7 milhões em 9M21 para R\$4.237,3 milhões em 9M22 devido, principalmente, aos maiores preços médios de comercialização de etanol (75,3%) e açúcar (33,5%).

O incremento dos preços dos nossos principais produtos, conforme citado anteriormente, reflete condições de mercado favoráveis, tais como (i) recuperação do preço internacional do petróleo, (ii) recuperação gradual da demanda por combustíveis no país, (iii) aumento do preço do açúcar no mercado internacional, dado a relação mais apertada entre a oferta e demanda, somado à

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

volatilidade cambial. Além disso, considerando a estiagem ocorrida ao longo de 2021 no Brasil, houve aumento dos preços de energia no mercado, que resultaram em maiores preços praticados.

Considerando o cenário acima exposto, compartilhamos um detalhamento em nossa receita líquida, por produto, conforme descrito abaixo:

Receita líquida de Açúcar: A receita líquida das vendas de açúcar totalizou R\$ 480,1 milhões no 3T22, representando um aumento de 18,0% em relação ao mesmo período da safra anterior. No período acumulado (9M22), a receita líquida de açúcar somou R\$ 1.668,8 milhões, um aumento de 19,5% em relação ao 9M21. O melhor desempenho nos períodos decorre de melhores preços médios de comercialização do produto, reflexo da combinação da melhora do preço internacional, dado a limitação da oferta do produto nos principais países produtores entre os períodos, atrelado à variação cambial, que favoreceu os preços em Reais.

Receita líquida de Etanol: A receita líquida das vendas de etanol totalizou R\$ 950,8 milhões no 3T22, representando um aumento de 36,2% em relação ao 3T21. No acumulado da safra (9M22), a receita líquida de vendas de etanol foi 50,8% superior ao mesmo período da safra anterior (9M21), somando R\$ 2.207,9 milhões. A melhora nos períodos decorre do aumento dos preços médios de comercialização em 76,9% (3T22 versus 3T21) e 75,3% (9M22 versus 9M21), reflexo, principalmente, da recuperação do preço do petróleo nos períodos, conforme citado anteriormente, além da paridade favorável do preço do etanol nos postos em relação à gasolina.

Receita líquida de Energia: A receita líquida de comercialização de energia elétrica totalizou R\$ 42,9 milhões no 3T22, apresentando uma redução de 19,7% em relação ao 3T21, em decorrência do menor preço spot (PLD) no período, somado ao menor volume de vendas – reflexo da menor disponibilidade de bagaço na safra 21/22, versus safra 20/21. No acumulado da safra (9M22) a receita líquida, aumentou 21,2%, somando R\$ 228,9 milhões, reflexo da estiagem ocorrida no país ao longo de 2021, que contribuiu para um preço médio de energia superior no período comparativo.

Receita Líquida de Levedura: A receita líquida de comercialização de levedura totalizou R\$ 8,5 milhões no 3T22, apresentando uma redução de 17,8% em relação ao mesmo trimestre da safra anterior, refletindo o menor volume vendido no período. Para o período acumulado da safra (9M22), a receita líquida de levedura subiu 13,7%, somando R\$ 45,6 milhões. A melhora do desempenho nos períodos decorre, principalmente, do maior volume vendido, em linha com o aumento da produção na planta da Usina Boa Vista.

Receita Líquida de Negócios Imobiliários: No 3T22, a receita líquida totalizou R\$ 16,0 milhões, representando um crescimento de 130,9% em relação ao 3T21, principalmente devido a venda de terra nua e a evolução das obras em andamento que possibilitaram o reconhecimento de maior receita no período. No 9M22 a receita líquida com negócios imobiliários totalizou R\$ 48,5 milhões, uma variação de 203,8% comparado com R\$ 16,0 milhões no 9M21. O incremento na receita no acumulado da safra deve-se principalmente ao lançamento de empreendimento na região de Américo Brasiliense, além da realização da receita do projeto de Nova Iracemápolis.

Receita Líquida de CBIOS: A receita líquida de CBIOS totalizou 12,9 milhões no 3T22, representando uma redução de 52,4% em relação ao 3T21, como consequência do menor volume comercializado no trimestre, apesar do preço médio superior em 26,4% no período comparativo. No acumulado dos nove meses da safra a receita apresentou crescimento de 9,5%, em relação ao 9M21, totalizando R\$ 29,8 milhões, em virtude do maior volume comercializado na safra, que totalizou cerca de 1 milhão de CBIOS, com preço médio de R\$ 29/CBIO.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): No 3T22, o CPV totalizou R\$ 828,7 milhões, representando um aumento de 10,6% em relação ao 3T21, qual decorreu: (i) da evolução do Consecana no trimestre, que reflete os maiores preços médios de açúcar e etanol no período, e (ii) do impacto negativo da quebra de safra no CPV. Para o período acumulado de 9M22, o CPV totalizou R\$ 2.414,4 milhões, representando um aumento de 18,4% em relação ao 9M21, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+62,5%), que reflete os maiores preços de açúcar e etanol no período, estando atrelado ao custo da cana adquirida pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins de esclarecimento, o Consecana consiste no modelo de precificação da cana de fornecedores, medido em R\$ por kilo de ATR, e tem como indexadores os preços do açúcar e etanol, ou seja, reflete as variações de mercado desses produtos no período. Em razão da pandemia da Covid-19 e de outros fatores estruturais, tais como oferta e demanda global desses produtos, valorização do preço do barril de petróleo, e somado a desvalorização do real frente ao dólar americano, houve grande apreciação dos preços do açúcar e etanol impactando consequentemente a composição do Consecana no período, resultando em uma forte variação do custo da cana de fornecedores.

Despesas com Vendas: As despesas com vendas totalizaram R\$ 32,9 milhões no 3T22, implicando em uma redução de 24,6% em relação ao 3T21. No acumulado da safra (9M22), as despesas ficaram 14,7% inferiores quando comparado ao 9M21. A redução nos períodos reflete principalmente o menor volume de exportação de açúcar e etanol.

Despesas Gerais e Administrativas: No 3T22, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 53,6 milhões, representando uma redução de 19,3% em relação ao mesmo período da safra anterior, refletindo principalmente, (i) o efeito contábil (não caixa) da marcação a mercado do preço da ação da Companhia, no período, atrelada ao programa de opções virtuais, e (ii) efeito de cronograma entre trimestres das despesas relacionadas à contencioso. Nos 9M22, as despesas totalizaram R\$ 202,6 milhões, um aumento de 10,6% relação ao mesmo período da safra anterior, devido ao efeito contábil da marcação a mercado do preço da ação da Companhia atrelada ao programa de opções virtuais, além do efeito inflacionário no período.

Outras Receitas, Líquidas: Totalizaram R\$ 418,1 milhões no 3T22, implicando em um aumento de 1.821,0% em relação ao 3T21, em virtude, principalmente, da receita relacionada aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool) por meio do processo da Copersucar, do qual a Companhia é parte recebedora (como ex-coperada), e que somou R\$ 415,5 milhões no trimestre. No acumulado da safra (9M22), as despesas ficaram 5,4% superiores quando comparado ao 9M21. A expansão no acumulado reflete principalmente créditos decorrentes do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro do 3T22 totalizou uma despesa de R\$ 132,8 milhões, apresentando um aumento de 100,6%, em relação ao 3T21. A variação do resultado reflete, principalmente o aumento da taxa de juros e variação cambial no período. No período acumulado (9M22), o aumento do resultado financeiro foi de 7,5%, somando R\$ 311,2 milhões, como consequência do resultado com operação de derivativos no período atrelada à venda de açúcar, somado ao efeito positivo de R\$ 29,5 milhões, da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, afetando o resultado financeiro do 9M22, e do efeito contábil e não caixa da variação cambial de dívidas liquidadas antecipadamente.

Lucro Líquido: no 3T22, o lucro líquido totalizou R\$ 696,9 milhões, 156,1% superior em comparação ao 3T21, como resultado da expansão do lucro operacional (176,1% frente 3T21, somando R\$ 1.036,7 milhões), e impactado pelo aumento da despesa financeira (100,6% em comparação a 3T21, totalizando uma despesa financeira de R\$ 132,8 milhões) no período. No comparativo com o 9M21 o lucro líquido ficou 74,4% superior somando R\$ 1.255,4 milhões, em decorrência dos seguintes fatores: (i) aumento do lucro operacional (crescimento de 60,0% em relação ao 9M21, somando R\$ 1.953,6 milhões) reflexo, principalmente, dos maiores preços médios de comercialização de etanol (75,3%) e açúcar (33,5%); (ii) apesar do aumento da despesa financeira de 7,5%, totalizando R\$ 311,2 milhões no acumulado da safra.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2021 (12M21), 2020 (12M20) e 2019 (12M19):

SÃO MARTINHO S.A. - CONSOLIDADO	12M21	12M20	12M19	12M21 X 12M20	12M20 X 12M19
Em milhares de Reais					
Receita bruta	4.642.887	4.065.225	3.731.066	14,2%	9,0%
Deduções da receita bruta	(337.804)	(371.365)	(370.704)	-9,0%	0,2%
Receita líquida	4.305.083	3.693.860	3.360.362	16,5%	9,9%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(2.750.835)	(2.516.996)	(2.488.932)	9,3%	1,1%
Lucro bruto	1.554.248	1.176.864	871.430	32,1%	35,0%
Margem bruta (%)	36,1%	31,9%	25,9%	4,2 p.p.	5,9 p.p.
Despesas operacionais	(3.334)	8.969	(173.408)	-137,2%	-105,2%
Despesas com vendas	(173.154)	(138.197)	(97.367)	25,3%	41,9%
Despesas gerais e administrativas	(257.158)	(216.869)	(194.925)	18,6%	11,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.776	625	(240)	824,2%	-360,4%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	421.202	363.410	119.124	15,9%	205,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.550.914	1.185.833	698.022	30,8%	69,9%
Receitas (despesas) financeiras:	(342.112)	(452.159)	(318.788)	-24,3%	41,8%
Receitas financeiras	63.279	117.003	103.718	-45,9%	12,8%
Despesas financeiras	(392.914)	(415.979)	(311.154)	-5,5%	33,7%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(14.867)	(35.891)	(35.008)	-58,6%	2,5%
Resultado de derivativos	2.390	(117.292)	(76.344)	-102,0%	53,6%
Lucro operacional antes do IR e CS	1.208.802	733.674	379.234	64,8%	93,5%
IR e contribuição social - parcela corrente	(167.151)	(124.725)	(31.606)	34,0%	294,6%
IR e contribuição social - parcela diferida	(114.527)	30.061	(33.583)	-481,0%	-189,5%
Lucro líquido do período	927.124	639.010	314.045	45,1%	103,5%
Margem líquida (%)	21,5%	17,3%	9,3%	4,2 p.p.	8,0 p.p.

Exercício social findo em 31 de março de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020

Receita Líquida Total: no comparativo 12M21 x 12M20, a receita líquida apresentou um aumento de 16,5% refletindo, principalmente, (i) ao maior volume vendido de açúcar (+34%) a preços superiores (+17%) em relação do 12M20, (ii) a comercialização de CBIOS ocorrida na safra, e (iii) aumento do volume de vendas de levedura, e melhores preços.

Abaixo destacamos as principais variações detalhadas por produtos:

Receita líquida de Açúcar: no período acumulado (12M21), a receita líquida de açúcar totalizou R\$ 1.938,3 milhões, aumento de 56,1% em relação ao 12M20, refletindo (i) o maior volume comercializado de açúcar no período (+33,9%) – decorrente do mix de produção mais açucareiro ao longo da safra 20/21, e (ii) o preço do açúcar 16,6% superior comparado à safra passada. O preço do açúcar apresentou forte recuperação ao longo da safra 20/21, impulsionado pela melhora dos fundamentos de mercado do produto, somado à desvalorização do Real, gerando uma melhora de margem significativa para o produtor brasileiro.

Receita líquida de Etanol: no período acumulado (12M21) a receita líquida de etanol totalizou R\$ 2.032,2 milhões, 5,4% menor em comparação ao 12M20, devido, principalmente, ao menor volume de vendas realizado na safra, inferior em 8,1%, apesar do preço médio de comercialização ter sido cerca de 3,0% maior.

Receita líquida de Energia: a receita líquida com comercialização de energia apresentou redução de 8,3% em relação ao 12M20, totalizando R\$ 200,3 milhões, refletindo principalmente,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o menor preço de comercialização ocorrido no período, além do menor volume de comercialização no acumulado da safra.

Receita Líquida de Levedura: para o período acumulado da safra (12M21), a receita líquida de levedura subiu 82,6% em relação ao 12M20, somando R\$ 43,4 milhões. O melhor desempenho, no 12M21 é resultado, principalmente, do maior preço de comercialização, impactado pela apreciação do dólar em relação ao Real, além do maior volume de vendas ocorrido nos 12M21.

Receita Líquida de CBIOs: A partir do 3T21 passamos a detalhar em uma linha específica a receita líquida relacionada à comercialização de CBIOs. No período acumulado da safra, foram comercializados cerca de 832 mil CBIOs, com preço médio líquido de R\$ 32,7/CBIO (IR retido na fonte). A receita líquida com CBIOs totalizou R\$ 27,2 milhões no 12M21.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): para o período acumulado da safra o CPV totalizou R\$ 2.750,9 milhões, um aumento de 9,3% em relação à safra anterior, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+18,3%) e do maior volume de comercialização em ATR equivalente (+7,5%).

Despesas com Vendas: no acumulado da safra (12M21) as despesas ficaram 25,3% superiores quando comparado ao 12M20, somando R\$ 173,1 milhões. Esses aumentos estão relacionados aos fretes e custos portuários, e refletem, principalmente, o aumento ocorrido no valor do diesel, além do maior volume de exportação (i) de etanol no 4T21, e (ii) de açúcar no 12M21, em relação aos mesmos períodos da safra anterior.

Despesas Gerais e Administrativas: no acumulado da safra as despesas recorrentes somaram R\$ 257,2 milhões, superior em 18,6% quando comparado ao 12M20. O aumento das despesas reflete, principalmente, o efeito contábil – não caixa – da marcação a mercado do programa de opções virtuais, reflexo da valorização das ações no período.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro líquido no 12M21 totalizou uma despesa de R\$ 342,1 milhões, apresentando uma redução de 24,3% no período. A melhora da performance financeira reflete a menor variação cambial de dívidas em moeda estrangeira, além da redução das despesas financeiras, reflexo da gestão do endividamento, com consequente redução do custo da dívida.

Lucro Líquido: no acumulado 12M21, o lucro líquido totalizou R\$ 927,1 milhões, 45,1% superior em comparação ao 12M20, como resultado dos fatores mencionados anteriormente, principalmente dado o crescimento da LAIR (lucro operacional antes de Imposto de Renda e Contribuição Social) no período, que totalizou R\$ 1.208,8 milhões, refletindo aumento de 64,8% no período comparativo.

Exercício social findo em 31 de março de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019

Receita Líquida Total: no comparativo 12M20 x 12M19, a receita líquida apresentou um aumento de 9,9% refletindo, principalmente, melhores preços de comercialização de açúcar e etanol e maior volume de vendas de açúcar e energia no período.

Abaixo destacamos as principais variações detalhadas por produtos:

Receita líquida de Açúcar: no período acumulado (12M20), a receita líquida de açúcar totalizou R\$ 1.242,1 milhões, aumento de 12,1% em relação ao 12M19, refletindo (i) o maior volume comercializado no período (+7,7%) – reflexo do maior volume de ATR total produzido na safra 19/20 e destinada à produção do produto em relação à safra 18/19, e (ii) o preço 4,1% superior comparado à safra passada.

Receita líquida de Etanol: no período acumulado (12M20) a receita líquida de etanol totalizou R\$ 2.147,0 milhões, 6,9% maior em comparação ao 12M19, devido, principalmente, ao maior preço médio de comercialização realizado na safra, superior em 10,7%, apesar do volume

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vendido ter sido cerca de 3,5% inferior, devido a decisão da Companhia de carregar o produto para ser vendido ao longo dos próximos meses com preços potencialmente superiores, considerando a queda acentuada do preço de etanol ocorrida em meados de março/20.

Receita líquida de Energia: a receita líquida com comercialização de energia apresentou crescimento de 4,5% em relação ao 12M19, totalizando R\$ 218,4 milhões, refletindo o maior volume de bagaço disponível para cogeração, dada a maior produção em relação à safra anterior.

Receita Líquida de Negócios Imobiliários: a receita líquida com negócios imobiliários totalizou R\$ 20,1 milhões no 12M20, comparado com R\$ 2,7 milhões no 12M19, refletindo maior contribuição de receita de projetos imobiliários desenvolvidos da Companhia.

Receita líquida (Outros): a receita líquida do 12M20 apresentou aumento de 40,7% em relação ao 12M19, totalizando R\$ 73,9 milhões, refletindo principalmente a comercialização de levedura no período, prestação de serviços de plantio além das receitas advindas de subprodutos.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): para o período acumulado da safra o CPV totalizou R\$ 2.517,0 milhões, um aumento de 1,1% em relação à safra anterior, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+12,9%), que reflete preços maiores de açúcar e etanol, conforme mencionado anteriormente na sessão de receita líquida, e da inflação no período.

Despesas com Vendas: no 12M20 as despesas com vendas totalizaram R\$ 138,2 milhões, apresentando aumento de 41,9% em comparação ao 12M19, resultado dos gastos relacionados à maior exportação de açúcar e etanol nesta safra em relação à safra anterior.

Despesas Gerais e Administrativas: apresentaram aumento de 11,3% no comparativo 12M20 x 12M19, totalizando R\$ 216,9 milhões. O aumento reflete, principalmente, o reconhecimento, no resultado, do preço do exercício de opções virtuais acima do registrado no início do exercício, reflexo da valorização das ações durante a safra, além da inflação entre os períodos.

Outras Receitas, Líquidas: Totalizaram R\$ 363,4 milhões no 12M20, implicando em um aumento de 205,1% em relação ao 12M20, em virtude, principalmente, da receita relacionada aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool) por meio do processo da Copersucar, do qual a Companhia é parte recebedora (como ex-coperada), e que somou R\$ 349,0 milhões no período.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro líquido no 12M20 totalizou uma despesa de R\$ 452,2 milhões, apresentando um aumento de 41,8% no período, explicado, principalmente, pelo efeito da adoção do IFRS 16, a partir desta safra e (ii) o efeito da marcação a mercado de swap de dívidas.

Lucro Líquido: no acumulado 12M20, o lucro líquido totalizou R\$ 639,0 milhões, 103,5% superior em comparação ao 12M19, como resultado dos fatores mencionados anteriormente, principalmente relacionado ao aumento da receita líquida no período, assim como a receita referente dos valores relacionados aos créditos do IAA, do qual a Companhia é parte.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

SÃO MARTINHO S.A. CONSOLIDADO - ATIVO			
Em milhares de R\$			
ATIVO	dez/21	mar/21	Var. %
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	323.650	288.350	12,2%
Aplicações financeiras	1.179.290	1.062.154	11,0%
Contas a receber de clientes	370.413	215.659	71,8%
Instrumentos financeiros derivativos	100.712	139.904	-28,0%
Estoques e adiantamento a fornecedores	1.550.356	446.313	247,4%
Ativos biológicos	1.008.013	989.540	1,9%
Tributos a recuperar	48.408	12.062	301,3%
Imposto de renda e contribuição social	37.540	42.250	-11,1%
Outros ativos	14.747	9.376	57,3%
TOTAL CIRCULANTE	4.633.129	3.205.608	44,5%
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	11.127	13.644	-18,4%
Estoques e adiantamento a fornecedores	122.161	106.838	14,3%
Instrumentos financeiros derivativos	148.002	48.639	204,3%
Contas a receber de clientes	28.944	24.189	19,7%
Tributos a recuperar	154.237	96.241	60,3%
Imposto de renda e contribuição social	8.617	-	n.m.
Depósitos judiciais	734.205	485.029	51,4%
Outros ativos	156.471	113.935	37,3%
	1.363.764	888.515	53,5%
Investimentos	43.519	39.951	8,9%
Imobilizado	6.122.356	5.962.644	2,7%
Intangível	452.701	451.742	0,2%
Direito de uso	1.782.809	1.869.396	-4,6%
TOTAL NÃO CIRCULANTE	9.765.149	9.212.248	6,0%
TOTAL DO ATIVO	14.398.278	12.417.856	15,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

SÃO MARTINHO S.A. CONSOLIDADO - PASSIVO			
Em milhares de R\$			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	dez/21	mar/21	Var. %
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	661.274	674.504	-2,0%
Arrendamentos a pagar	53.036	66.264	-20,0%
Parceria agrícola a pagar	307.102	285.308	7,6%
Instrumentos financeiros derivativos	254.221	218.685	16,2%
Fornecedores	521.229	221.707	135,1%
Obrigações com a Copersucar	10.579	9.075	16,6%
Salários e contribuições sociais	183.055	171.883	6,5%
Tributos a recolher	48.215	24.229	99,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10.114	7.480	35,2%
Dividendos a pagar	-	102.552	-100,0%
Adiantamentos de clientes	30.804	17.436	76,7%
Aquisição de Participações Societárias	-	11.638	-100,0%
Outros passivos	15.724	30.812	-49,0%
TOTAL	2.095.353	1.841.573	13,8%
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	4.221.958	3.376.459	25,0%
Arrendamentos a pagar	362.168	399.157	-9,3%
Parceria agrícola a pagar	992.807	1.161.905	-14,6%
Instrumentos financeiros derivativos	15.719	80.227	-80,4%
Obrigações com a Copersucar	159.175	167.121	-4,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	904.319	834.822	8,3%
Provisão para contingências	87.217	102.256	-14,7%
Aquisição de Participações Societárias	3.677	3.650	0,7%
Tributos com exigibilidade suspensa	709.550	458.480	54,8%
Outros passivos	4.176	5.617	-25,7%
TOTAL	7.460.766	6.589.694	13,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	2.681.571	2.071.819	29,4%
Ações em Tesouraria	(139.997)	(139.997)	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	844.706	551.050	53,3%
Reserva de Lucros	805.698	1.503.717	-46,4%
Lucros Acumulados	650.181	-	n.m.
TOTAL	4.842.159	3.986.589	21,5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.398.278	12.417.856	15,9%

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de março de 2021:

Ativo Circulante: Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante totalizou R\$ 4.633,1 milhões, em comparação com R\$ 3.205,6 milhões apresentados em março de 2021.

Este aumento de 44,5% decorreu principalmente:

- (i) do aumento de 247,4% da linha de estoques e adiantamento a fornecedores, a qual totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.550,4 milhões, em comparação a R\$ 446,3 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo a decisão e estratégia da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Companhia quanto ao momento de comercialização de seus produtos ao longo safra;
- (ii) do aumento de contas a receber de clientes que totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 370,4 milhões em comparação a R\$ 215,7 milhões auferidos em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 71,8%, devido ao maior volume de açúcar vendido no mercado externo em relação ao período de comparação;
 - (iii) do aumento da linha instrumentos financeiros derivativos, a qual totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 100,7 milhões, em comparação a R\$ 139,9 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 28,0%, devido ao menor valor contratado de derivativos (relacionado a comercialização de açúcar e etanol) na safra 21/22;
 - (iv) do aumento da linha de tributos a recuperar, que totalizou R\$ 48,4 milhões, em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 301,3% em relação ao montante auferido em 31 de março de 2021, que somava R\$ 12,1 milhões, refletindo, principalmente, o maior montante de PIS/COFINS, resultado da sazonalidade na comercialização de nossos produtos, principalmente o etanol.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) caixa e equivalentes de caixa totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 323,7 milhões em comparação a R\$ 288,4 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 12,2%. Referida variação decorreu da estratégia de comercialização da Companhia na qual os maiores volumes de produto (principalmente açúcar) serão comercializados ao longo do segundo semestre da safra;
- (ii) ativos biológicos, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.008,0 milhões em comparação a R\$ 989,5 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 1,9%. Referida variação decorreu em função da colheita na cana no período, representada pela amortização da cana no ativo circulante biológico;
- (iii) imposto de renda e contribuição social totalizou, em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente R\$ 37,5 milhões em comparação a R\$ 42,2 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 11,1%. Referida variação decorreu da utilização de créditos tributários para compensação de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

Com relação a linha de aplicações financeiras constante do ativo circulante, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Ativo Não Circulante: Em 31 de dezembro de 2021, o ativo realizável a longo prazo totalizou R\$ 1.363,8 milhões, em comparação com R\$ 888,5 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 53,5% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 51,4% da linha de depósitos judiciais, que totalizavam em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente, R\$ 734, 2 milhões refletindo o valor recebido pela Copersucar, referentes aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool);
- (ii) do aumento de 14,3% da linha de estoques e adiantamento a fornecedores, a qual totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$122,2 milhões, em comparação a R\$ 106,8 milhões em 31 de março de 2021, devido ao posicionamento e decisão estratégica comercial da Companhia, no momento de vendas de seus produtos ao longo da safra;
- (iii) do aumento de 204,3% da linha de instrumentos financeiros derivativos atrelado a operações de derivativos no trimestre que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 148,0 milhões, em comparação a R\$ 48,6 milhões em 31 de março de 2020, devido a contratação de novas operações de SWAPS de dívida e oscilações naturais do mercado;
- (iv) do aumento de 60,3% da linha de tributos a recuperar que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 154,2 milhões em comparação a R\$ 96,2 milhões em 31 de março de 2021. A principal variação está relacionada a contabilização dos créditos do ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins, em decorrência do processo instaurado pela Companhia, no exercício social de 2007, contestando a inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins no faturamento dos seus produtos. Seguindo a decisão do STF proferida em maio de 2021, a Companhia registrou os créditos apurados no período compreendido da data do processo até 2021. Dessa forma, o valor bruto dos créditos registrados foi de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

49,5 milhões contabilizados no trimestre findo em 31 de dezembro de 21.

A Companhia ressalta, ainda, que a linha de contas a receber de clientes totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 28,9 milhões, em comparação a R\$ 24,2 milhões, em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 19,7%. Referida variação é inerente à suas operações no período, quando ocorrem montantes relevantes de faturamento tanto de açúcar quanto de etanol e energia, fazendo o saldo do contas a receber naturalmente aumentar no ativo circulante e diminuir no não circulante, refletindo o prazo médio de recebimento dos nossos produtos.

Com relação às linhas de outros ativos constantes do ativo não circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Demais Itens do Ativo Não Circulante: Em 31 de dezembro de 2021, os demais itens do ativo não circulante, representados pelas linhas de investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso, totalizaram R\$ 8.401,4 milhões, em comparação com R\$ 8.323,4 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 0,9%.

Esta variação decorreu, principalmente

- (i) do aumento de 2,7% da linha de imobilizado, que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 6.122,4 milhões, em comparação a R\$5.962,6 milhões auferidos em 31 de março de 2021, a qual resultou da realização de adições de Investimentos ou subtração do saldo em função da Depreciação. As adições de investimentos no período referem-se aos custos, principalmente, do plantio de cana, equivalente a R\$ 292,3 milhões, e das obras em andamento dos projetos de etanol de milho e a UTE (Fase II), equivalentes a R\$ 289 milhões. A depreciação no período refere-se principalmente a manutenção de entressafra, de R\$ 355,5 milhões e equipamentos e instalações industriais, de R\$ 90,9 milhões e;
- (ii) da redução de 4,6% da linha de direito de uso, que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.782,8 milhões em comparação a R\$1.869,4 milhões em 31 de março de 2021, em decorrência da realização da depreciação do direito de uso que, de acordo com a norma contábil IFRS16 CPC06, é realizada de forma linear durante a safra.

Adicionalmente, foram realizadas transferências do “Ativo Não Circulante” para a linha “Ativo Biológico” constante do “Ativo Circulante”, que no período foi de aproximadamente R\$ 284,3 milhões. Esta transferência refere-se a cana que será colhida nos 12 meses seguintes a dezembro de 2021. Dessa forma, a Companhia ressalta que o custo do plantio da cana de açúcar é registrado contabilmente no Ativo Não Circulante (Imobilizado), pois este investimento tem uma vida útil de pelo menos 6 anos, que é a vida útil média do canavial. Após 18 meses do plantio da cana, é realizada a sua colheita, ou seja, contabilmente o custo da cana que era considerada um imobilizado passa a ser tratado contabilmente como um Ativo Circulante a ser amortizado no curto prazo (12 meses) e é chamado de Ativo Biológico (cana em pé). Por esse motivo, o valor da cana que será colhida nos próximos 12 meses precisa ser transferido do Longo Prazo (Imobilizado) para o Curto Prazo, no Ativo Circulante, na linha de Ativos Biológicos.

A Companhia informa que a linha de investimentos totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 43,5 milhões, em comparação a R\$ 40,0 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 8,9%. Referida variação decorreu, principalmente, da variação da equivalência patrimonial do investimento que a Companhia detém no CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A..

Com relação à linha intangível constante do ativo não circulante, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Passivo Circulante: Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante totalizou R\$ 2.095,4 milhões, em comparação com R\$1.841,6 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 13,8% se deve, principalmente:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) ao aumento de 135,1% na linha de fornecedores que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 521,2 milhões em comparação a R\$ 221,7 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo principalmente o aumento do Consecana no período. A Companhia ressalta que o Consecana consiste no modelo de precificação da cana de fornecedores, medido em R\$ por kilo de ATR, e tem como indexadores os preços do açúcar e etanol, ou seja, reflete as variações de mercado desses produtos no período. Em razão da pandemia da Covid-19 e de outros fatores estruturais de oferta e demanda global desses produtos e somado a desvalorização do real frente ao dólar americano, houve grande apreciação dos preços do açúcar e etanol impactando consequentemente o Consecana no período, resultando em uma forte variação do custo da cana de fornecedores, e consequentemente, do saldo da rubrica de fornecedores a pagar. Adicionalmente, houve incremento do saldo de fornecedores de materiais e serviços, refletindo as variações naturais da operação e de projetos de investimento em andamento.
- (ii) ao aumento de 7,6% na linha de parceria agrícola a pagar, a qual totalizou, R\$ 307,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, em comparação com R\$ 285,3 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, o aumento do Consecana no período, conforme descrito no item (i) acima;
- (iii) ao aumento de 16,2% na linha de instrumentos financeiros derivativos, a qual totalizou R\$ 254,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, em comparação com R\$ 218,7 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, as variações dos contratos de operações de Swap cambial de compromissos de curto prazo;
- (iv) ao aumento de 6,5% na linha de salários e contribuições sociais, a qual totalizou R\$ 183,1 mil em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 171,9 milhões auferidos em 31 de março de 2021, reflexo de variações salariais e de benefícios da categoria, além de outras variações inerentes à sua operação no período;
- (v) ao aumento de 99,0% na linha de tributos a recolher, a qual totalizou R\$ 48,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 24,2 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, os compromissos tributários de curto prazo inerentes à sua operação; e
- (vi) ao aumento de 35,2% na linha de imposto de renda e contribuição social a pagar, a qual totalizou R\$ 10,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, em comparação a R\$ 7,5 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo o incremento do débito de imposto de renda sobre o lucro fiscal auferido no período.

A Companhia informa, ainda, que as linhas:

- (i) empréstimos e financiamentos totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 661,3 milhões, em comparação a R\$ 674,5 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 2,0%. Referida variação decorreu do pagamento de obrigações de curto prazo da Companhia em momento de caixa oportuno;
- (ii) arrendamentos a pagar totalizou em 31 de dezembro de 2021, R\$ 53,0 milhões, em comparação a R\$ 66,2 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 20,0%. Referida variação do saldo decorreu da liquidação de parcelas de contratos de arrendamento no período; e
- (iii) outros passivos totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$15,7 milhões, em comparação a R\$ 30,8 milhões, em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 49,0%. Referida variação decorreu da liquidação de pagamento em aberto de fretes e carretos, seguros, cooperativa de crédito, dentre outros.

Com relação às linhas obrigações com a Copersucar, dividendos a pagar e aquisição de participações societárias constantes dos demais itens do passivo circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Passivo Não Circulante: Em 31 de dezembro de 2021, o passivo exigível a longo prazo totalizou R\$ 7.460,8 milhões, em comparação com R\$6.589,7 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 13,2% decorreu, principalmente:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) do aumento de 54,8% da linha de tributos com exigibilidade suspensa, que totalizavam em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente, R\$ 709,6 milhões refletindo a contrapartida dos depósitos judiciais do valor recebido pela Copersucar, referentes aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool);
- (ii) do aumento de 25,0% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 4.221,9 milhões em comparação com R\$ 3.376,4 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em virtude das novas captações de recursos realizadas. As operações contratadas no período foram, aproximadamente R\$ 525 milhões com o IFC (*International Finance Corporation*), e outra com o BNDES de R\$ 177 milhões de uma operação de Finem. As operações somadas impactaram o passivo não circulante em R\$ 702 milhões, entretanto não houve impacto na dívida líquida da Companhia (dívida bruta menos entrada de caixa);
- (iii) do aumento de 8,3% na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 904,3 milhões em comparação a R\$ 834,8 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em decorrência do reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos relacionado a apuração do lucro fiscal no período e da contabilização do imposto diferido sobre a variação cambial das dívidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

A Companhia informa, ainda, que as linhas:

- (i) parcerias agrícolas a pagar totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 992,8 milhões, em comparação a R\$ 1.161,9 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 14,6%. Referida variação decorreu da liquidações das parcelas dos contratos de parceria agrícola vigentes; e
- (ii) instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 15,7 milhões, em comparação a R\$ 80,2 milhões, em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 80,4%. Referida variação decorreu da mudança da classificação de longo prazo para curto prazo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, conforme cronograma de cada contrato, principalmente de operações de SWAPS de dívida.

Com relação às linhas arrendamentos a pagar, obrigações com a Copersucar, provisão para contingências, aquisição de participações societárias, e outros passivos constantes dos demais itens do passivo não circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 4.842,2 milhões, em comparação com R\$ 3.986,6 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 21,5% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 29,4% da linha do capital social que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 2.681,6 milhões em comparação a R\$ 2.071,9 milhões auferidos em 31 de março de 2021, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de julho de 2021;
- (ii) do aumento de 53,3% da linha de ajustes de avaliação patrimonial que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 844,7 milhões em comparação aos R\$ 551,0 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em decorrência das variações dos derivativos designados para Hedge Accounting e o reconhecimento de R\$ 157,7 milhões de tributo diferido sobre a mais valia de de custo atribuído de terras;
- (iii) lucros acumulados que totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 650,2 milhões em comparação a R\$ 0,00 em 31 de março de 2021 em decorrência do lucro acumulado auferido no período, já líquido da constituição das reservas de incentivos fiscais. Importante mencionar que no encerramento de cada safra o lucro acumulado destacado no patrimônio líquido é destinado para distribuição de dividendos ou reservas de lucros, por esse motivo o valor é zero em 31 de março de 2021.

A Companhia ressalta, ainda, que a linha reserva de lucros totalizou, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 805,7 milhões, em comparação a R\$ 1.503,7 milhões, em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 46,4%. Referida variação decorreu da integralização

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de capital social das reservas de incentivos fiscais e orçamento de capital no valor total de (R\$ 609,7 milhões), dos dividendos adicionais do exercício anterior pagos no valor de (R\$ 197,459 milhões) e da constituição das reservas de incentivos fiscais no período de R\$ 60,627, conforme aprovado na AGEO realizada em 30 de julho de 2021.

Com relação a linha de ações em tesouraria constante do patrimônio líquido, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2021, 2020 e 2019:

São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - ATIVO					
Em milhares de R\$					
ATIVO	mar/21	mar/20	mar/19	mar/21 x mar/20	mar/20 x mar/19
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	288.350	92.066	197.607	213,2%	-53,4%
Aplicações financeiras	1.062.154	1.831.504	1.838.261	-42,0%	-0,4%
Contas a receber de clientes	215.659	165.829	163.412	30,0%	1,5%
Instrumentos financeiros derivativos	139.904	224.635	53.967	-37,7%	316,2%
Estoques e adiantamentos a fornecedor	446.313	366.177	232.322	21,9%	57,6%
Ativos biológicos	989.540	713.547	657.057	38,7%	8,6%
Tributos a recuperar	12.062	12.303	20.124	-2,0%	-38,9%
Imposto de renda e contribuição social	42.250	71.257	79.759	-40,7%	-10,7%
Outros ativos	9.376	8.832	10.191	6,2%	-13,3%
TOTAL CIRCULANTE	3.205.608	3.486.150	3.252.700	-8,0%	7,2%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	13.644	38.494	53.345	-64,6%	-27,8%
Estoques e adiantamento a fornecedores	106.838	49.916	131.881	114,0%	-62,2%
Instrumentos financeiros derivativos	48.639	28.977	229	67,9%	12553,7%
Contas a receber de clientes	24.189	27.192	22.488	-11,0%	20,9%
Valores a receber da Copersucar	-	-	10.017	n.m.	-100,0%
Tributos a recuperar	96.241	81.046	79.790	18,7%	1,6%
Depósitos judiciais	485.029	271.060	27.210	78,9%	896,2%
Outros ativos	113.935	67.176	14.366	69,6%	367,6%
	888.515	563.861	339.326	57,6%	66,2%
Investimentos	39.951	33.868	33.537	18,0%	1,0%
Imobilizado	5.962.644	5.844.505	5.644.660	2,0%	3,5%
Intangível	451.742	465.689	478.499	-3,0%	-2,7%
Direito de Uso	1.869.396	1.719.453	-	8,7%	n.m.
TOTAL NÃO CIRCULANTE	9.212.248	8.627.376	6.496.022	6,8%	32,8%
TOTAL DO ATIVO	12.417.856	12.113.526	9.748.722	2,5%	24,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - PASSIVO					
Em milhares de R\$					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	mar/21	mar/20	mar/19	mar/21 x mar/20	mar/20 x mar/19
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	674.504	591.024	754.999	14,1%	-21,7%
Arrendamentos a pagar	66.264	40.168	-	65,0%	n.m.
Parceria agrícola a pagar	285.308	203.835	-	40,0%	n.m.
Instrumentos financeiros derivativos	218.685	406.473	37.369	-46,2%	987,7%
Fornecedores	221.707	174.524	152.713	27,0%	14,3%
Obrigações com a Copersucar	9.075	10.892	9.094	-16,7%	19,8%
Salários e contribuições sociais	171.883	150.249	134.372	14,4%	11,8%
Tributos a recolher	24.229	34.730	40.833	-30,2%	-14,9%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.480	4.985	4.178	50,1%	19,3%
Dividendos a Pagar	102.552	54.694	81.077	87,5%	-32,5%
Adiantamento de clientes	17.436	34.710	4.295	-49,8%	708,1%
Aquisição de Participação Societárias	11.638	11.664	11.715	-0,2%	-0,4%
Outros passivos	30.812	18.527	27.020	66,3%	-31,4%
TOTAL	1.841.573	1.736.475	1.257.665	6,1%	38,1%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.376.459	4.223.418	3.697.601	-20,1%	14,2%
Arrendamentos a pagar	399.157	377.954	-	5,6%	n.m.
Parceria agrícola a pagar	1.161.905	1.053.956	-	10,2%	n.m.
Instrumentos financeiros derivativos	80.227	79.022	13.520	1,5%	484,5%
Obrigações com a Copersucar	167.121	179.189	201.498	-6,7%	-11,1%
Tributos a recolher	-	-	2.998	n.m.	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	834.822	746.226	988.760	11,9%	-24,5%
Provisão para contingências	102.256	100.283	103.817	2,0%	-3,4%
Aquisição de participação societária	3.650	15.270	26.890	-76,1%	-43,2%
Tributos com exigibilidade suspensa	458.480	242.188	58.313	89,3%	315,3%
Outros passivos	5.617	12.869	6.650	-56,4%	93,5%
TOTAL	6.589.694	7.030.375	5.100.047	-6,3%	37,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.071.819	1.696.652	1.696.652	22,1%	0,0%
Reserva de capital	-	9.418	9.418	-100,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(139.997)	(131.361)	(234.100)	6,6%	-43,9%
Ajustes de avaliação patrimonial	551.050	607.022	1.016.355	-9,2%	-40,3%
Reserva de lucros	1.503.717	1.164.945	902.685	29,1%	29,1%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.986.589	3.346.676	3.391.010	19,1%	-1,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.417.856	12.113.526	9.748.722	2,5%	24,3%

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020:

Ativo Circulante: Em 31 de março de 2021, o ativo circulante totalizou R\$ 3.205,6 milhões, em comparação a R\$ 3.486,1 milhões em 31 de março de 2020.

Esta redução de 8,0% decorreu, principalmente:

- da redução de 42,0% na linha de aplicações financeiras que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.062,2 milhões em comparação a R\$ 1.831,5 milhões em 31 de março de 2020, em virtude do aumento da liquidação de financiamentos bancários no período analisado;
- da redução de 37,7% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 139,9 milhões em comparação a R\$ 224,6 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da melhora da pandemia e consequente redução da volatilidade do mercado, que trouxe menos variação na marcação a mercado dos nossos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

derivativos comparativamente a 31 de março de 2020;

- (iii) da redução de 40,7% na linha de imposto de renda e contribuição social que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 42,2 milhões, em comparação a R\$ 71,2 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da utilização dos créditos de imposto de renda e contribuição para compensação de IR/CS devidos durante o exercício fiscal de 2021.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) caixa e equivalentes de caixa totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 288,3 milhões em comparação a R\$ 92,1 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 213,2%. Referida variação decorreu em virtude da melhor performance da Companhia no período comparativo;
- (ii) contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 215,6 milhões em comparação a R\$ 165,8 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 30,0%. Referida variação decorreu em virtude do maior volume de açúcar comercializado no período que possui prazo médio de pagamento maior que demais produtos;
- (iii) estoques e adiantamentos a fornecedor totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 446,3 milhões em comparação a R\$ 366,2 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 21,9%. Referida variação decorreu do maior volume de produtos acabados mantidos em estoque em 31 de março de 2021 em linha com a decisão da Companhia na definição estratégica do momento de venda dos produtos ao longo da safra; e
- (iv) ativos biológicos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 989,5 milhões em comparação a R\$ 713,5 mil, representando, portanto, um aumento de 38,7%. Referida variação decorreu (i) do aumento do Consecana no período; (ii) transferência do imobilizado; e (iii) atualização do valor justo do canavial refletindo as melhores perspectivas de preços do Consecana.

Com relação às linhas tributos a recuperar e outros ativos constantes dos demais itens do ativo circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante totalizou R\$ 888,5 milhões, em comparação com R\$ 563,9 milhões em 31 de março de 2020, resultando em um aumento de 57,6%.

Referido aumento decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 114,0% na linha de estoques e adiantamentos a fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 106,8 milhões em comparação a R\$ 49,9 mil, refletindo principalmente um maior volume de adiantamento para fornecedores de cana de açúcar;
- (ii) do aumento de 67,9% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 48,6 milhões em comparação a R\$ 28,9 milhões, em decorrência da marcação a mercado dos saldos dos contratos de derivativos da Companhia;
- (iii) do aumento de 18,7% na linha de tributos a recuperar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 96,2 milhões em comparação a R\$ 81,0 milhões, em decorrência do maior acúmulo de créditos tributários no período, em linha com o maior estoque de produtos acabados que deixaram de ser faturados até 31 de março de 2021;
- (iv) do aumento de 78,9% na linha de depósitos judiciais que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 485,0 milhões, em comparação a R\$ 271,1 milhões em 31 de março de 2020, devido aos tributos relacionados aos créditos da Copersucar. A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos. Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. No referido processo, foi expedido, em junho de 2017, o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia). Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia). Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão). Posteriormente, em setembro de 2020 foi levantada a 3ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,08 bilhão) e a 2ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,975 bilhão).

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2021 o saldo a receber da Copersucar a esse título era de R\$ 103,7 milhões, registrados em Outros ativos de longo prazo. A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa" e;

- (v) do aumento de 69,6% na linha de outros ativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 113,9 milhões, em relação aos R\$ 67,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência do reconhecimento do ativo Pis/Cofins retido pela Copersucar no processo dos precatórios do IAA mencionados acima no item (iv) acima.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) aplicações financeiras totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 13,6 milhões em comparação a R\$ 38,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 64,6%. Referida variação decorreu devido à maior liquidação de financiamentos bancários no período;
- (ii) contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 24,2 milhões em comparação a R\$ 27,2 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 11,0%. A Companhia entende que a referida variação é imaterial e inerente às suas operações.

Com relação à linha valores a receber da Copersucar, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Demais Itens do Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2021, os demais itens do ativo não circulante, representados pelas linhas investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso, totalizaram R\$ 8.323,2 milhões, em comparação a R\$ 8.063,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 3,2%.

Referido aumento decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 18,0% na linha de investimentos, que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 39,9 milhões, em comparação a R\$ 33,9 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da equivalência patrimonial que a companhia detém no CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.; e ;
- (ii) do aumento de 8,7% na linha direito de uso registrado em 2021 que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.869,4 milhões em comparação a R\$ 1.719,4 milhões auferidos em 31 de março de 2020, devido às variações do preço do Consecana. Importante mencionar adicionalmente, que a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2020, a Companhia passou a adotar o IFRS 16 – Arrendamentos, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. Dessa forma, o direito de uso do ativo passou a ser reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios:
 - a. Passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e
 - b. Ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente.

Anualmente, esta nova norma, exige que seja feita a remensuração do valor do Passivo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Arrendamento Mercantil, que é precificado pelo modelo de consecana, já explicado anteriormente. No momento da remensuração do passivo, o Ativo de Direito de Uso também é remensurado, para que tanto o valor do Ativo quanto do Passivo, fiquem valorados a mercado no fechamento de cada ano Safra.

Com relação às linhas imobilizado e intangível, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Passivo Circulante: Em 31 de março de 2021, o passivo circulante totalizou R\$ 1.841,6 milhões, em comparação a R\$1.736,5 milhões em 31 de março de 2020, resultando em um aumento de 6,1%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 14,1% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 674,5 milhões em comparação a R\$ 591,0 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da mudança da classificação contábil de longo para curto prazo de alguns contratos de financiamento, conforme seus respectivos cronogramas de amortização;
- (ii) do aumento de 65,0% na linha de arrendamentos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 66,3 milhões em comparação a R\$ 40,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da variação do preço do Consecana no período;
- (iii) do aumento de 40,0% na linha de parceria agrícola a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 285,3 milhões em comparação a R\$ 203,8 milhões auferidos em 31 de março de 2020. Esta variação é decorrente da variação principalmente do preço do Consecana, conforme explicado anteriormente.
- (iv) do aumento de 27,0% na linha de fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2021 R\$ 221,7 milhões em comparação a R\$174,5 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência (i) da variação do preço do Consecana no caso da rubrica de fornecedores de cana a pagar; e (ii) do aumento inflacionário na rubrica de fornecedores de materiais e serviços;
- (v) do aumento de 14,4% na linha de salários e contribuições sociais que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 171,9 milhões em comparação a R\$ 150,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de variações salariais e de benefícios da categoria;
- (vi) do aumento de 50,1% na linha de imposto de renda e contribuição social a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 7,5 milhões em comparação a R\$ 4,9 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de variação do IR/CS a pagar em função da melhor performance da operação;
- (vii) do aumento de 87,5% na linha de dividendos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 102,6 milhões em comparação a R\$ 54,7 milhões em 31 de março de 2020, refletindo o maior montante de dividendos distribuídos em relação ao período anterior; e
- (viii) do aumento de 66,3% na linha outros passivos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 30,8 milhões em comparação a 18,5 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de saldos a pagar de fretes e carretos, seguros, cooperativa de crédito, dentre outros.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 218,7 milhões em comparação a R\$ 406,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 46,2%. Referida variação decorreu da estabilização da volatilidade de mercado em relação a março de 2020 que impactou positivamente a marcação a mercado dos derivativos da Companhia;
- (ii) obrigações com a Copersucar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 9,1 milhões em comparação a R\$ 10,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 16,7%. Referida variação decorreu da liquidações de compromissos com a Copersucar no período de 2021;
- (iii) tributos a recolher totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 24,2 milhões em comparação a R\$ 34,7 milhões, representando, portanto, uma redução de 30,2%. Referida variação reflete o maior nível de estoque em 31 de março de 2021, que reduziu o nível de faturamento e consequentemente, de tributos a recolher; e
- (iv) adiantamento de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 17,4 milhões em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

comparação a R\$ 34,7 milhões, representando, portanto, uma redução de 49,8%. Referida variação decorreu em linha com o comentado no item (iii).

Com relação à linha aquisição de participação societária, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Passivo Não Circulante: Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante totalizou R\$ 6.589,7 milhões, em comparação a R\$ 7.030,4 milhões em 31 de março de 2020, resultando em uma redução de 6,3%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) da redução de 20,1% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 3.376,5 milhões em comparação a R\$ 4.223,4 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da melhora dos preços principalmente do açúcar no mercado internacional, que trouxe uma forte geração de caixa líquida para a Companhia no período, propiciando uma maior liquidação de sua dívida, impactando de forma positiva sua alavancagem.
- (ii) da redução de 6,7% na linha de obrigações com a Copersucar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 167,2 milhões em comparação a R\$ 179,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência das liquidações com a cooperativa no período de 2021;
- (iii) da redução de 76,1% na linha de aquisição de participação societária que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 3,6 milhões em comparação a R\$ 15,3 milhões auferidos em 31 de março de 2020, decorrente da liquidação de uma parcela do saldo a pagar para a LOP (Luis Ometto Participações S.A.) referente à aquisição da Usina Santa Cruz;
- (iv) da redução de 56,4% na linha de outros passivos que totalizou, em 31 de março de 2021 R\$ 5,7 milhões em comparação a R\$ 12,8 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de liquidações e/ou transferências de títulos a pagar de longo prazo no período.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) arrendamentos a pagar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 399,1 milhões em comparação a R\$ 377,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 5,6%. Referida variação decorreu em função do aumento do preço do Consecana;
- (ii) parceria agrícola a pagar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.161,9 milhões em comparação a R\$ 1.053,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 10,2%. Referida variação decorreu também em função do aumento do preço do Consecana;
- (iii) imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 834,8 milhões em comparação a R\$ 746,2 milhões, representando, portanto, um aumento de 11,9%. Referida variação decorreu, principalmente, em função do reconhecimento do IR/CS diferidos das operações de dívida em moeda estrangeira designadas para hedge accounting; e
- (iv) tributos com exigibilidade totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 458,5 milhões em comparação a R\$ 242,2 milhões, representando, portanto, um aumento de 89,3%. Referida variação decorreu da medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos do processo do IAA, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica "Tributos com exigibilidade suspensa".

Com relação às linhas arrendamentos a pagar, instrumentos financeiros derivativos, tributos a recolher e provisão para contingências, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Patrimônio Líquido: Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.986,6 milhões, em comparação com R\$ 3.346,7 milhões em 31 de março de 2020.

Este aumento de 19,1% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 22,1% da linha do capital social que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 2.071,9 milhões em comparação a R\$ 1.696,7 milhões auferidos em 31 de março de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 2020, em decorrência da integralização de capital de reservas de incentivos fiscais e orçamento de capital conforme aprovado na AGOE realizada em 30 de julho de 2020; e
- (ii) do aumento de 29,1% da linha reserva de lucros que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.503,7 milhões em comparação a R\$1.164,9 milhões auferidos em 31 de março de 2020, em decorrência, principalmente, da constituição de reservas de orçamento de capital no período.

A Companhia ressalta, ainda, que a linha ajustes de avaliação patrimonial totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 551,0 milhões, em comparação a R\$ 607,0 mil, em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 9,2%. Referida variação ocorreu principalmente dadas as movimentações de resultados com derivativos.

Com relação a linha de ações em tesouraria constante do patrimônio líquido, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019:

Ativo Circulante: Em 31 de março de 2020, o ativo circulante totalizou R\$ 3.486,2 milhões, em comparação a R\$ 3.252,7 milhões em 31 de março de 2019.

Este aumento de 7,2% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 316,2% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou R\$ 224,6 milhões em 31 de março 2020 em comparação a R\$ 53,9 milhões em 31 de março de 2019, em virtude da marcação a mercado dos nossos derivativos de açúcar, em função da queda expressiva dos preços, causada pelo início da volatilidade no mercado decorrente da pandemia da Covid-19;
- (ii) do aumento de 57,6% na linha de estoques e adiantamentos a fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$366,2 milhões em comparação a R\$232,3 milhões em 31 de março de 2019, em virtude do maior volume de produtos acabados mantidos em estoque comparativamente ao ano anterior;
- (iii) do aumento de 8,6% na linha de ativos biológicos que totalizou, em 31 de março de 2020 R\$ 713,5.milhões em comparação a R\$ 657,1 milhões em 31 de março de 2019, em virtude principalmente da variação do preço do Consecana no período;

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) caixa e equivalentes de caixa totalizou, em 31 de março de 2020, R\$92,1 milhões em comparação a R\$ 197,6 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 53,4%. Referida variação decorreu de uma maior liquidação da dívida propiciada pela maior geração de caixa operacional no período;
- (ii) tributos a recuperar totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 12,3 milhões em comparação a R\$ 20,1 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 38,9%. Referida variação decorreu da maior utilização dos créditos tributários para compensação dos tributos a pagar no período;
- (iii) imposto de renda e contribuição social totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 71,2 milhões em comparação a R\$ 79,7 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 10,7%. Referida variação decorreu da utilização dos créditos para compensação de IRRF (Imposto de renda retido na fonte);
- (iv) outros ativos totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 8,8 milhões em comparação a R\$ 10,2 milhões, representando, portanto, uma redução de 13,3%. Referida variação decorre de movimentações recorrentes inerentes à sua operação;

Com relação às linhas aplicações financeiras e contas a receber de clientes do ativo circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2020, o ativo realizável a longo prazo totalizou R\$ 563,9 milhões, em comparação a R\$ 339,3 milhões em 31 de março de 2019.

Este aumento de 66,2% decorreu, principalmente:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) do aumento de 12.553,7% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou R\$ 28,9 milhões em 31 de março 2020 em comparação a R\$ 229 mil em 31 de março de 2019. Esta forte variação decorre principalmente do início da pandemia da Covid-19 em março de 2020. A pandemia trouxe uma grande volatilidade ao mercado financeiro, o que ocasionou forte variação na marcação a mercado dos instrumentos derivativos da Companhia, neste caso nas pontas ativas dos nossos contratos derivativos.
- (ii) do aumento de 20,9% na linha de contas a receber de clientes que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$27,2 milhões em comparação a R\$ 22,5 milhões em 31 de março de 2019, em virtude de oscilações recorrentes inerentes à sua operação;
- (iii) do aumento de 896,2% na linha de depósitos judiciais que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 271,1 milhões em comparação a R\$ 27,2 milhões em 31 de março de 2019, em virtude da variação de depósitos judiciais referentes aos tributos relacionados às discussões tributárias relacionadas ao processo do IAA da Copersucar, conforme mencionado anteriormente; e
- (iv) do aumento de 367,6% na linha outros ativos que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 67,2 milhões em comparação a R\$ 14,4 milhões em 31 de março de 2019, em virtude do reconhecimento do ativo de Pis/Cofins retido pela Copersucar, que está sendo objetivo de discussão judicial pela Cooperativa.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) aplicações financeiras totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 38,5 milhões em comparação a R\$ 53,3 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 27,8%. Referida variação decorreu em virtude da classificação contábil de longo para curto prazo das aplicações financeiras da Companhia, em linha com os respectivos cronogramas de vencimento de cada uma; e
- (ii) estoques e adiantamento a fornecedores totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 49,9 milhões em comparação a R\$ 131,9 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 62,2%. Referida variação decorreu do menor volume de adiantamentos em aberto de fornecedores de cana e arrendatários.

Com relação às linhas valores a receber da Copersucar e tributos a recuperar, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Demais Itens do Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2020, os demais itens do ativo não circulante, representados pelas linhas investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso, totalizaram R\$ 8.063,5 milhões, em comparação com R\$6.156,6 milhões em 31 de março de 2019.

Este aumento de 31,0% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 3,5% na linha do imobilizado, que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$5.844,5 milhões em comparação a R\$5.644,7 milhões em decorrência, principalmente, do montante investido no período em manutenção de entressafra, lavoura de cana e obras em andamento;
- (iii) a linha de direito de uso registrado que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 1.719,5 milhões em comparação a R\$ 0,00, devido à adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20. A partir do exercício encerrado em 31 de março de 2020, a Companhia adotou o IFRS 16 – Arrendamentos, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios:
 - a. Passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e
 - b. Ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente.

Anualmente, esta nova norma, exige que seja feita a remensuração do valor do Passivo de Arrendamento Mercantil, que é precificado pelo modelo de consecana, já explicado anteriormente. No momento da remensuração do passivo, o Ativo de Direito de Uso também é remensurado, para que tanto o valor do Ativo quanto do Passivo, fiquem valorados a mercado no fechamento de cana ano Safra.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia ressalta, ainda, que a linha intangível totalizou, em 31 de março de 2020, R\$465,7 milhões, em comparação a R\$ 478,5 milhões, em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 2,7%. A variação é decorrente principalmente da amortização do valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bioenergética Santa Cruz, vigentes até 2025 (combinação de negócios).

Com relação à linha investimento, a Companhia entende que esta não apresenta uma variação significativa em suas contas.

Passivo Circulante: Em 31 de março de 2020, o passivo circulante totalizou R\$ 1.736,5 milhões, em comparação com R\$ 1.257,7 milhões em 31 de março de 2019, resultando em um aumento de 38,1%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) na linha arrendamentos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 40,2 milhões em comparação a R\$ 0,00 mil auferidos em 31 de março de 2019, decorrente da adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20 conforme explicado no item (iii) do “Demais Itens do Ativo Não Circulante” acima;
- (ii) na linha parceria agrícola a pagar que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 203,8 milhões em comparação a R\$ 0,00 mil auferidos em 31 de março de 2019, decorrente da adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20, conforme explicado no item (iii) do “Demais Itens do Ativo Não Circulante” acima;
- (iii) do aumento de 987,7% na linha instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 406,5 milhões em comparação a R\$ 37,4 milhões auferidos em 31 de março de 2019. Esta forte variação decorre principalmente do início da pandemia da Covid-19 em março de 2020. A pandemia trouxe grande volatilidade ao mercado financeiro, o que ocasionou forte variação na marcação a mercado dos instrumentos derivativos da Companhia, neste caso nas pontas passivas dos nossos contratos derivativos;
- (iv) do aumento de 14,3% na linha fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$174,5 milhões em comparação a R\$ 152,7 milhões auferidos em 31 de março de 2019, em virtude de correções inflacionárias e outras variações inerentes à sua operação;
- (v) do aumento de 19,8% na linha obrigações com a Copersucar que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 10,9 milhões em comparação a R\$ 9,1 milhões auferidos em 31 de março de 2019, em virtude de atualizações monetárias dos débitos e incursão de pequenos novos débitos com a cooperativa;
- (vi) do aumento da linha salários e contribuições sociais que totalizou R\$150,2 milhões em comparação a R\$ 134,4 milhões auferidos em 31 de março de 2019 reflexo de variações salariais e de benefícios da categoria, além de outras variações inerentes à sua operação no período;
- (vii) do aumento de 19,3% na linha de imposto de renda e contribuição social a pagar que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 4,9 milhões em comparação a R\$ 4,2 milhões auferidos em 31 de março de 2019, em virtude das variações do resultado fiscal no período;
- (viii) do aumento de 708,1% na linha de imposto de adiantamento de clientes que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$34,7 milhões em comparação a R\$ 4,3 milhões auferidos em 31 de março de 2019, em virtude principalmente de adiantamentos em aberto de clientes de açúcar (tradings).

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) empréstimos e financiamentos totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 591,0 milhões em comparação a R\$ 754,9 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 21,7%. Referida variação decorreu apenas em função do alongamento das dívidas bancárias no período;
- (ii) tributos a recolher totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 34,7 milhões em comparação a R\$ 40,8 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma pequena redução de 14,9%. Referida variação decorreu da maior liquidação de tributos no período;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (iii) dividendos a pagar totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 54,7 milhões em comparação a R\$ 81,1 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 32,5%. Referida variação decorreu do menor montante de dividendos obrigatórios pagos no período, conforme deliberado na AGOE realizada em 30 de julho de 2020;
- (iv) outros passivos totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 18,5 milhões em comparação a R\$ 27,0 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 31,4%. Referida variação decorreu da redução do saldo de títulos a pagar, fretes e carretos a pagar e cooperativa de crédito dos funcionários;

Com relação à linha aquisição de participação societária, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Passivo Não Circulante: Em 31 de março de 2020, o passivo não circulante totalizou R\$ 7.030,4 milhões em comparação com R\$ 5.100,1 milhões em 31 de março de 2019, resultando em um aumento de 37,8%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 14,2% na linha empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 4.223,4 milhões em comparação a R\$ 3.697,6 milhões auferidos em 31 de março de 2019, em virtude principalmente da variação cambial sobre o passivo em dólar. A taxa de câmbio variou de R\$/USD 3,90 em 29 de março de 2019 para R\$/USD 5,20 em 31 de março de 2020
- (ii) na linha de arrendamentos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 377,9 milhões em comparação a R\$ 0,00 auferidos em 31 de março de 2019, em virtude da adoção do IFRS 16 a partir de 1º de abril de 2020;
- (iii) na linha de parceria agrícola a pagar que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$1.053,9 milhões em comparação a R\$ 0,00 auferidos em 31 de março de 2019, em virtude da adoção do IFRS 16 a partir de 1º de abril de 2020;
- (iv) do aumento de 484,5% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 79,0 milhões em comparação a R\$ 13,5 milhões auferidos em 31 de março de 2019. Esta forte variação decorre principalmente do início da pandemia da Covid-19 em março de 2020. A pandemia trouxe grande volatilidade ao mercado financeiro, o que ocasionou forte variação na marcação a mercado dos instrumentos derivativos da Companhia, neste caso nas pontas passivas dos nossos contratos derivativos
- (v) do aumento de 315,3% na linha de tributos com exigibilidade suspensa que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 242,2 milhões em comparação a R\$ 58,3 milhões auferidos em 31 de março de 2019. A referida variação decorreu da medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos do processo do IAA da Copersucar, sendo este valor provisionado no passivo, na rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa";
- (v) do aumento de 93,5% na linha de outros passivos que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 12,8 milhões em comparação a R\$ 6,6 milhões auferidos em 31 de março de 2019, em virtude principalmente do incremento do saldo de títulos a pagar;

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou, em 31 de março de 2020, R\$746,2 milhões em comparação a R\$ 988,7 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 24,5%. Referida variação decorreu preponderantemente da variação da marcação a mercado dos derivativos cambiais reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido;
- (ii) aquisição de participação societária totalizou, em 31 de março de 2020, R\$15,3 milhões em comparação a R\$ 26,9 milhões em 31 de março de 2019, representando, portanto, uma redução de 43,2%. Referida variação decorreu da liquidação de uma parcela para a LOP (Luis Ometto Participações S.A.), referente a operação de aquisição de participação na Usina Santa Cruz e venda de Participação na Agro Pecuária Boa Vista;

Com relação às linhas tributos a recolher e provisão para contingências, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido: Em 31 de março de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.346,7 milhões, em comparação com R\$ 3.391,1 milhões em 31 de março de 2019.

Esta redução de 1,3% decorreu, principalmente:

- (i) da redução de 43,9% da linha ações em tesouraria que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ (131,361) milhões em comparação a R\$ (234,100) milhões auferidos em 31 de março de 2019, em decorrência do cancelamento de ações em tesouraria no valor de R\$ 177,232 milhões;
- (ii) da redução de 40,3% da linha de ajustes de avaliação patrimonial que totalizou, em 31 de março de 2020, R\$ 607,0 milhões em comparação a R\$ 1.016,3 milhões auferidos em 31 de março de 2019, em decorrência da variação na rubrica de Outros Resultados abrangentes, dada a variação cambial ocorrida no período, conforme explicado no item (iv) do “Passivo Não Circulante” acima.

A Companhia ressalta, ainda, que a reserva de lucros totalizou, em 31 de março de 2020, R\$1.164,9 milhões, em comparação a R\$ 902,7 milhões, em 31 de março de 2019, representando, portanto, um aumento de 29,1%. Referida variação decorreu principalmente do aumento das reservas de orçamento de capital e incentivos fiscais no período;

Com relação às linhas de capital social e reserva de capital constantes do patrimônio líquido, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição de nossa receita líquida é como se segue:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	3T22	3T21	Δ 3T22/3T21	9M22	9M21	Var. (%)
Milhares de Reais						
Mercado Doméstico	964.182	709.958	35,8%	2.465.677	1.537.697	60,3%
Açúcar	37.928	39.384	-3,7%	134.370	107.540	24,9%
Etanol	827.966	562.220	47,3%	1.934.162	1.125.589	71,8%
Energia Elétrica	42.912	53.460	-19,7%	228.939	188.957	21,2%
Levedura	6.489	10.317	-37,1%	41.070	40.139	2,3%
Negócios Imobiliários	16.006	6.933	130,9%	48.506	15.965	203,8%
CBIOs	12.883	27.047	-52,4%	29.759	27.179	9,5%
Outros	19.998	10.597	88,7%	48.871	32.328	51,2%
Mercado Externo	566.944	503.513	12,6%	1.812.706	1.627.432	11,4%
Açúcar	442.155	367.600	20,3%	1.534.445	1.288.530	19,1%
Etanol	122.793	135.913	-9,7%	273.706	338.902	-19,2%
Levedura	1.996	-	n.m.	4.555	-	n.m.
Receita Líquida Total¹	1.531.126	1.213.471	26,2%	4.278.383	3.165.129	35,2%
Açúcar	480.083	406.984	18,0%	1.668.815	1.396.070	19,5%
Etanol	950.759	698.133	36,2%	2.207.868	1.464.491	50,8%
Energia Elétrica	42.912	53.460	-19,7%	228.939	188.957	21,2%
Levedura	8.485	10.317	-17,8%	45.625	40.139	13,7%
Negócios Imobiliários	16.006	6.933	130,9%	48.506	15.965	203,8%
CBIOs	12.883	27.047	-52,4%	29.759	27.179	9,5%
Outros	19.998	10.597	88,7%	48.871	32.328	51,2%

1- Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	12M21	12M20	12M19	12M21 x 12M20	12M20 x 12M19
Milhares de Reais					
Mercado Doméstico	2.145.422	2.228.211	2.308.727	-3,7%	-3,5%
Açúcar	154.352	134.393	142.053	14,9%	-5,4%
Etanol	1.639.412	1.781.389	1.902.358	-8,0%	-6,4%
Energia Elétrica	200.276	218.444	209.082	-8,3%	4,5%
Levedura	43.442	23.791	-	82,6%	n.m.
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	2.730	7,3%	636,5%
CBIOs	27.179	-	-	n.m.	n.m.
Outros	59.189	50.087	52.504	18,2%	-4,6%
Mercado Externo	2.176.752	1.473.336	1.072.936	47,7%	37,3%
Açúcar	1.783.993	1.107.684	966.242	61,1%	14,6%
Etanol	392.759	365.652	106.694	7,4%	242,7%
Receita Líquida Total*	4.322.174	3.701.547	3.381.663	16,8%	9,5%
Açúcar	1.938.345	1.242.077	1.108.295	56,1%	12,1%
Etanol	2.032.171	2.147.041	2.009.052	-5,4%	6,9%
Energia Elétrica	200.276	218.444	209.082	-8,3%	4,5%
Levedura	43.442	23.791	-	82,6%	n.m.
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	2.730	7,3%	636,5%
CBIOs	27.179	-	-	n.m.	n.m.
Outros	59.189	50.087	52.504	18,2%	-4,6%

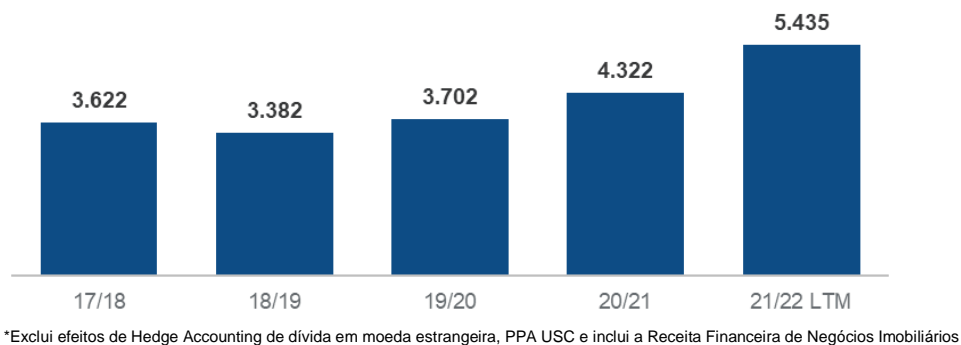
*Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Considerando a composição de nossa receita líquida, informamos que há uma preponderância da contribuição da comercialização do açúcar e etanol pela Companhia, os quais atendem a demanda do mercado nacional (principalmente o etanol) e mercado internacional (principalmente o açúcar). Adicionalmente, conforme demonstrado na tabela acima, com relação aos últimos três exercícios sociais, nossos negócios relacionados aos CBIOS (créditos de descarbonização) referentes ao Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis instituída pela Lei 13.576/2017, que tem como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis no país), e atrelados às vendas de etanol, vêm aumentando sua contribuição nos resultados da Companhia. Destacamos, ainda, que ao longo dos últimos anos houve aumento da comercialização de levedura, considerando o aumento no volume de produção do produto, que também, pode ser favorecido não somente por seu preço, mas pela volatilidade cambial.

Dessa maneira, entendemos que conforme indicado no item (ii) abaixo, a receita da Companhia é impactada pelos seguintes fatores: (i) cenário da oferta de açúcar no mercado mundial, (ii) preço internacional do petróleo, e por consequência, preço da gasolina no Brasil, (iii) demanda por combustíveis; (iv) flutuações da moeda; (v) sazonalidade; e (vi) inflação.

Apenas para ilustração da evolução do longo do tempo, apresentamos no gráfico abaixo, o histórico de receita líquida nas últimas safras:



(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados operacionais foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Relação da Oferta e Demanda no Mercado de Açúcar, e de Etanol

Os dois principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pela Companhia – etanol e açúcar – são afetados pela relação de oferta e demanda nos mercados dependentes desses produtos e pelos preços de mercado. Para o mercado de açúcar, podemos ser influenciados pela oferta de açúcar bruto por outros países produtores e exportadores, como exemplo, Índia e Tailândia (ainda que o Brasil seja o maior exportador do produto). A precificação portanto, realizada com base nos preços internacionais e denominados em dólar estadunidense, poderá afetar a performance operacional da Companhia. Para isso, a empresa se utiliza comumente, por exemplo, da estratégia de hedge futuro dos preços de açúcar, no intuito de potencializar e proteger seus resultados. Importante mencionar que, para a Companhia, é fundamental a análise da dinâmica e fundamentos do mercado, considerando o resultado do preço do produto demoninado em dólar combinado com o câmbio em reais, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Para o mercado de etanol, no qual o Brasil é um dos principais produtores mundiais, grande parte da oferta se concentra no mercado local considerando a demanda pelo produto, principalmente, pelo ciclo Otto, com carros movidos a etanol e gasolina. Os preços de etanol sofrem influência do preço da gasolina no mercado local, (e que está relacionada ao preço internacional do petróleo somado ao câmbio), dado a paridade em relação ao preço da gasolina

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

no mercado local, podendo, portanto sofrer variações, além da influência de políticas governamentais.

O preço do etanol que a Companhia vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência os índices publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Com relação à parcela do etanol que a Companhia exporta, seus preços são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional.

Preço Internacional do Petróleo e Preço da Gasolina no Brasil

Conforme já citado acima, o preço internacional do petróleo pode afetar os resultados da Companhia, uma vez que este consiste na base para a formação de preço da gasolina no mercado brasileiro, somado à volatilidade cambial, que por consequência, afeta a relação de paridade do preço do etanol em relação à gasolina.

Demanda por Combustíveis

A demanda por etanol e gasolina é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, e à percepção de preços nos postos de combustível. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderia afetar negativamente a demanda por combustíveis.

Flutuações da moeda

Conforme citamos anteriormente, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses. Portanto, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito de aumentar a receita das vendas de açúcar da Companhia. Por exemplo, os resultados da Companhia para o ano encerrado em 31 de março de 2021 foram positivamente influenciados por uma depreciação material do real durante o período (a taxa de câmbio média real/dólar estadunidense durante o ano encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 5,41 por US\$ 1,00, comparado a R\$ 4,12 por US\$ 1,00 durante o ano encerrado em 31 de março de 2020). Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto. No entanto, é importante salientar que, mesmo com as tendências com base na flutuação de moedas, acima descritas, para a Companhia, é fundamental a análise considerando o resultado do preço do produto combinado com o câmbio, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Uma proporção da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia pode contar com operações de swap de dívidas, além de contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, que poderiam mitigar o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense tenderia a ter o efeito oposto.

Sazonalidade

A Companhia está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem início em abril/maio e termina em meados de novembro/dezembro, dependendo da produtividade dos canaviais e condições climáticas no período. Esse cenário poderia criar variações no estoque de produtos acabados, como açúcar e etanol, que são os principais componentes da receita da Companhia. Adicionalmente, temos uma ampla capacidade de estocagem, tanto para o açúcar, como para o etanol ao longo da safra, que suportam à Companhia a comercializar seus produtos, conforme definido pela estratégia de comercialização no período, com o objetivo de potencializar seus resultados de acordo com o cenário vigente no período. Entendemos que os demais segmentos comerciais da Companhia são pouco afetados ou não estão sujeitos a tendências sazonais significativas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Inflação

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (que não estão atreladas a variação do dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Adicionalmente, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte. Entendemos que a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os últimos três exercícios sociais.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em linha com os comentários realizados no item 10.2 (a) acima, os Diretores da Companhia entendem que as variações na receita operacional líquida no período findo em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 são explicadas, principalmente, (i) por variações do preço internacional do açúcar em dólar estadunidense, (ii) por variações do preço da gasolina, afetada pelo preço internacional do petróleo, (iii) pela volatilidade cambial, que afeta os preços em dólares estadunidenses convertidos em real, (iv) por variações da oferta global de açúcar, (v) por variações da oferta de etanol, notadamente, no país, (vi) pela variação do volume de vendas dos produtos, principalmente, açúcar e etanol, refletindo decisão da Companhia na definição do mix de produção entre os produtos. Adicionalmente, a Companhia ressalta que, (i) houve o aumento no volume de comercialização de CBIOS (créditos de descarbonização) ao longo dos últimos anos, quando iniciou-se oficialmente, a negociação desse ativo, pela B3, além (ii) do aumento no volume de levedura ao longo dos últimos anos, refletindo, o aumento da produção do produto.

Para maiores informações acerca das variações da receita no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2021 e dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, vide item 10.1h. deste Formulário de Referência.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Conforme disposto ao longo dos itens 10.1 e 10.2 deste Formulário de Referência, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada para o mercado externo, assim como parte de nossas vendas de etanol, sendo portanto, negociadas em outras moedas. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pela Companhia.

A inflação, afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas a moeda estrangeira). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. No entanto, conforme citado no item 10.2 (a) acima, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte. Não obstante, a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os períodos apresentados.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 são o CDI e IGP-M, além do IPCA.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**Incorporação da Usina Boa Vista S.A.**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. pela Companhia, conforme fato relevante publicado em 28 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

A Incorporação justificou-se na medida em que a combinação dos ativos da UBV com os ativos da Companhia, sob uma única pessoa jurídica, permitiu a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações agroindustriais das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades desenvolvidas pela UBV. Esse procedimento propiciou a unificação da administração e das atividades das duas sociedades, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

Aquisição e incorporação da Pulisic Participações Ltda

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia realizou a aquisição parcial de ativos da Usina Açucareira Furlan S.A. através da Pulisic Participações Ltda. ("Pulisic") pelo montante de R\$ 15.984 mil.

A partir da data de aquisição, a Companhia passou a deter 100% das ações da Pulisic e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Pulisic pela Companhia.

Sua incorporação permite a utilização mais eficiente dos ativos, gerando sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

Incorporação da Usina Santa Luiza S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a cisão total e incorporação desproporcional das parcelas cindidas da Usina Santa Luiza S.A., com sua consequente extinção.

A operação se justifica uma vez que a USL não é uma empresa operacional, sua cisão total e subsequente incorporação das parcelas cindidas pela Companhia, visa segregar de forma eficiente seu acervo patrimonial líquido em cada uma de suas acionistas, reduzindo custos administrativos.

A cisão não resultou em alteração no capital social da Companhia, onde o acervo patrimonial cindido foi integralmente incorporado na seguinte forma desproporcional: (i) 66,67% da parcela dos ativos e passivos da Copersucar e dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e, (ii) 100% dos demais ativos e passivos conhecidos na USL. Adicionalmente, a Companhia ficou com a obrigação contratual de realizar o repasse financeiro à Cosan S.A., referente a parcela de 33,33% do ativo imobilizado no momento em que realizar a alienação do mesmo, ou no prazo máximo de 3 anos a contar a partir da data da incorporação.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos****Aspectos gerais**

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento e parceria rural para a maioria dos contratos.

A São Martinho S.A. possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras na região de atuação de suas usinas, que foram caracterizados dentro do escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que entrou em vigor para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. A administração decidiu adotar a abordagem simplificada de efeito cumulativo, que permite que informações comparativas de períodos anteriores não sejam reapresentadas.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos**

A São Martinho S.A. optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi reapresentada.

A adoção inicial dessa nova norma resultou no reconhecimento contábil de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento no montante de R\$ 1.587.561 mil no balanço patrimonial em 1º de abril de 2019.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir.

Perda (impairment)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (impairment) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados, detalhados nas notas explicativas.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A São Martinho utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 7 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras dados 3 últimos exercícios sociais encerrados e das últimas informações contábeis divulgadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(Manutenção)	3T22	3T21	Δ 3T22/3T21	9M22	9M21	Var%.
Em Milhares de R\$						
Plantio de Cana - Reforma	113.516	82.867	37,0%	292.309	239.824	21,9%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	160.937	133.995	20,1%	161.347	133.995	20,4%
Tratos Culturais	209.720	155.625	34,8%	571.316	421.521	35,5%
Total	484.173	372.488	30,0%	1.024.972	795.340	28,9%
(Melhoria Operacional)						
Equipamentos/Reposições	43.005	29.865	44,0%	95.970	49.022	95,8%
Ambiental/Legal	8.439	3.172	166,1%	26.691	17.854	49,5%
Total	51.444	33.037	55,7%	122.661	66.875	83,4%
(Modernização/Expansão)						
R\$ milhares						
Etanol de milho	66.294	75	88292,0%	232.927	5.009	4550,2%
UTE Fase II	32.678	725	4407,3%	75.556	1.274	5830,6%
Demais Projetos	25.967	28.182	-7,9%	107.748	39.236	174,6%
Total	124.939	28.981	331,1%	416.230	45.519	814,4%
TOTAL GERAL	660.554	434.506	52,0%	1.563.863	907.735	72,3%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 484,2 milhões no 3T22, representando um aumento de 30,0% no período. Conforme mencionamos no trimestre anterior, os principais efeitos que contribuíram para o aumento no período foram: (i) o efeito do adiantamento do cronograma de manutenção, de área de plantio e área tratada, em relação ao 3T21, em decorrência do menor período de safra, e (ii) aumento do preço de insumos, principalmente, fertilizantes, afetando a linha de tratos culturais, conforme já mencionamos anteriormente na seção de 'Custo Caixa Por Produto' do release. No período acumulado, o aumento do capex de manutenção foi de 28,9% impactado, principalmente pelos mesmos motivos que afetaram o trimestre.

Quanto ao capex de melhoria operacional relacionado aos investimentos em (i) equipamentos agrícolas e industriais e reposições, e (ii) investimentos de âmbito ambiental/legal, estes somaram R\$ 51,4 milhões no 3T22, representando um aumento de 55,7% em relação ao 3T21, refletindo, principalmente, o efeito de cronograma de desembolsos previstos ao longo da safra relacionados à reposição de frota da Companhia. No acumulado da safra, o aumento foi de 83,4%, somando R\$ 122,7 milhões.

O capex de expansão somou R\$ 124,9 milhões no 3T22, e está relacionado principalmente aos investimentos destinados (i) ao Projeto de Etanol de Milho, que no 3T22 somou R\$ 66,3 milhões, (ii) UTE Fase II, que no 3T22 somou R\$ 32,7 milhões, e (iii) demais projetos, que somaram, no trimestre, R\$ 26,0 milhões.

Conforme Fato Relevante divulgado em 14 de fevereiro de 2022, anunciamos um investimento adicional para o projeto de etanol de milho em aproximadamente R\$ 100 milhões.

O incremento dos investimentos destinados ao projeto se deve, principalmente, (i) à atualização de escopo e a maior customização na destilaria, que possibilita maior eficiência energética (menor consumo de vapor e energia elétrica), viabilizando possíveis expansões futuras da planta, e (ii) aos efeitos da inflação de insumos, peças e equipamentos ocorrida no período.

O início da operação plena da planta está previsto para outubro/2022 e trará capacidade de produção adicional para a Companhia de aproximadamente: (i) 210 mil m³ de etanol, (ii) 150 mil toneladas de DDGS (Distiller's Dried Grains with Solubles), e (iii) 10 mil tons de óleo de milho.

Para a safra 21/22, estimamos um aumento de aproximadamente R\$ 400 milhões no capex total em relação às estimativas iniciais – conforme informado no release 4T21-, que deverá somar aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Segue abaixo o detalhamento das principais variações:

Capex Manutenção (+R\$ 220 milhões): aumento de preços de insumos, principalmente fertilizantes (R\$ 70 milhões), intensificação de nutrição do canavial, visando reparar os danos da

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

seca e geada (R\$ 80 milhões) e antecipação da entressafra – efeito contábil de aumento do capex em R\$ 70 milhões com efeito redutor de montante semelhante do OPEX;

Capex de Crescimento/Eficiência (+R\$ 180 milhões): i) aprovação de projetos de ganho de eficiência agrícola e industrial que somam aproximadamente R\$ 100 milhões - com TIR próxima a 25% a.a. Entre os principais projetos destacamos o fechamento de circuito de água da Usina São Martinho, que visa a redução da captação do uso de água no processo industrial, e portanto, a otimização do sistema de resfriamento, com desativação de lagoas de tratamento. Considerando tais investimentos, parte da água residual poderá ser utilizada para irrigação, favorecendo a fertilidade e desenvolvimento de parte dos canaviais e ii) demais R\$ 80 milhões referem-se à antecipação do cronograma de investimentos da planta de etanol de milho (acoplado à UBV) e cogeração (projeto UTE na USM).

Adicionalmente os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a 4ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até duas séries, para Distribuição Pública serão integralmente destinados ao desenvolvimento, construção e operação dos Projetos de Investimento (conforme definido abaixo), considerados prioritários nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, do Decreto 8.874 e das Portarias do Ministério de Minas e Energia, respectivamente, que aprovaram o enquadramento dos Projetos de Investimento como prioritários, conforme detalhado abaixo:

I. Portaria nº 21, de 04 de maio de 2021:

(a) Objetivo do Projeto Capex Boa Vista: projeto de investimento na atividade de produção e estocagem de biocombustíveis e da sua biomassa denominado “Capex de Manutenção e Melhoria Operacional para produção de biocombustível na Usina Boa Vista” (“Projeto Capex Boa Vista”);

(b) Data estimada para início do Projeto Capex Boa Vista: 01 de abril de 2021;

(c) Fase atual do Projeto Capex Boa Vista: o Projeto Capex Boa Vista encontra-se na fase de execução;

(d) Data estimada para encerramento do Projeto Capex Boa Vista: 22 de novembro de 2023;

(e) Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Capex Boa Vista: R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

(f) Valor da Emissão que será destinado ao Projeto Capex Boa Vista: R\$95.443.564,00 (noventa e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e três mil e quinhentos e sessenta e quatro reais);

(g) Alocação dos recursos a serem captados por meio da Emissão: plantio de cana-de-açúcar, manutenção de entressafra, novos equipamentos, reposição de equipamentos tratores culturais, gastos ambientais e legais;

(h) Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto Capex Boa Vista provenientes da Emissão: os recursos provenientes da Emissão correspondem a aproximadamente 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do valor total de recursos financeiros necessários a Projeto Capex Boa Vista.

II. Portaria nº35/SPG/MME, de 18 de outubro de 2021:

(a) Objetivo do Projeto Capex Usinas: projeto de investimento na atividade de produção de biocombustíveis e da sua biomassa denominado “Capex de manutenção para produção de Biocombustível na Usina São Martinho, Usina Santa Cruz e Usina Iracema” (“Projeto Capex Usinas” e, em conjunto com o Projeto Capex Boa Vista, os “Projetos de Investimento”);

(b) Data estimada para início do Projeto Capex Usinas: 01 de abril de 2021;

(c) Fase atual do Projeto Capex Usinas: o Projeto Capex Usinas encontra-se na fase de execução;

(d) Data estimada para encerramento do Projeto Capex Usinas: 31 de março de 2023;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(e) Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Capex Usinas: R\$1.104.556.436,00 (um bilhão e cento e quatro milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e seis reais);

(f) Valor da Emissão que será destinado ao Projeto Capex Usinas: R\$1.104.556.436,00 (um bilhão e cento e quatro milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e seis reais);

(g) Alocação dos recursos a serem captados por meio da Emissão: manutenção dos canaviais e das indústrias, especificamente Capex para plantio e tratamentos culturais de cana-de-açúcar, bem como a manutenção agroindustrial. O investimento destina-se à produção de etanol considerando a proporcionalidade exigida devido à concomitância da produção de açúcar e energia, ao longo das safras 2020/21, 2021/22 e 2022/23 em três usinas da Emissora;

(h) Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto Capex Usinas provenientes da Emissão: os recursos provenientes da Emissão correspondem a aproximadamente 100% (cem por cento) do valor total de recursos financeiros necessários ao Projeto Capex Usinas.

Considerando a emissão das Debêntures Adicionais, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da colocação das Debêntures Adicionais será destinada integralmente para os Projetos de Investimento.

i. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

ii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 10.3 letra b.

c) novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.